



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA - UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - MIH**

**RAFAELLE LEITE DE SOUSA**

**ANGOLA E BRASIL NA PERSPECTIVA SUL-SUL: A COOPERAÇÃO  
ACADÊMICA A PARTIR DO DISCURSO DOS ACORDOS FORMALIZADOS  
ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**REDENÇÃO - CE**

**2022**

RAFAELLE LEITE DE SOUSA

ANGOLA E BRASIL NA PERSPECTIVA SUL-SUL: A COOPERAÇÃO ACADÊMICA A  
PARTIR DO DISCURSO DOS ACORDOS FORMALIZADOS ENTRE INSTITUIÇÕES DE  
ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Humanidades do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

REDENÇÃO - CE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Sousa, Rafaelle Leite de.

S696a

Angola e Brasil na perspectiva sul-sul: a cooperação acadêmica a partir do discurso dos acordos formalizados entre instituições de ensino superior / Rafaelle Leite de Sousa. - Redenção, 2022.  
74f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho.

1. Acordos de cooperação. 2. Cooperação Sul-Sul. 3. Brasil.  
4. Angola. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 378

---

RAFAELLE LEITE DE SOUSA

ANGOLA E BRASIL NA PERSPECTIVA SUL-SUL: A COOPERAÇÃO ACADÊMICA A  
PARTIR DO DISCURSO DOS ACORDOS FORMALIZADOS ENTRE INSTITUIÇÕES DE  
ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em humanidades do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira - UNILAB.

Linha de pesquisa: educação, política e linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Presidente

---

Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Examinador Externo à UNILAB

---

Prof. Dr. Carlos Subuhana

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Examinador Interno ao Programa

Dedico este trabalho ao meu filho, Isaac Leite Braga, que me fez conhecer o amor verdadeiro e compreender o valor da vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu filho que, com sua alegria e ternura, motiva-me a estudar e pensar em dias melhores.

Ao meu orientador, professor Ricardo Ossagô que, pacientemente, dispôs-se a me ajudar na realização deste trabalho.

À banca examinadora, composta pelos professores Vico Melo, muito gentil e incentivador em suas contribuições, e Carlos Subuhana.

Ao professor Segone Cossa, que esteve na banca de qualificação.

À UNILAB, instituição da qual faço parte como servidora, em especial à equipe de trabalho da PROPPG, composta por pessoas generosas, sábias e muito éticas, além de serem parceiras em produções acadêmicas e crescimento profissional.

Ao Pedro Henrique, da PROINTER/UNILAB, que muito gentilmente me recebeu no seu setor e assim colaborou bastante com este trabalho, e a Willian Coelho, que também trouxe valiosas informações.

Agradeço aos que fazem o Programa do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, especialmente aos professores que, nesse período conhecido como atípico, prosseguiram com os trabalhos virtualmente, mas com o mesmo empenho e comprometimento do momento “típico”.

Às companhias de turma que dividem conosco as angústias e os prazeres da vida acadêmica: Estefânia, Vanusa e Rafaele.

E, finalmente, às instituições que atenderam às minhas solicitações de informação, principalmente a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional - AUCANI.

## RESUMO

As relações internacionais são o tema do nosso interesse, particularmente os estudos acerca do Sul global, onde os processos coloniais interferem intensamente, gerando a divisão Norte-Sul. Buscamos refletir sobre a dimensão simbólica dos discursos políticos e diplomáticos, nomeadamente em torno da cooperação entre Brasil e África, que exaltam a necessidade de reparar uma dívida histórica. Analisamos a Cooperação Sul-Sul a partir da sua evolução histórica e de algumas correntes acadêmicas, apresentando a Conferência de Bandung como o evento inaugural. É nesse contexto que a Organização das Nações Unidas - ONU apresenta instrumentos e medidas de acesso a direitos dos povos e nações historicamente marginalizadas e oprimidas pelo colonialismo. Angola e Brasil fazem parte desse grupo de nações e apresentam laços culturais e um histórico de relações que representam também uma ponte de conexão com a África, objeto de ressignificação para o governo brasileiro. Identificam-se programas de políticas públicas semelhantes nos dois países, algumas implementadas a partir de negociações entre os presidentes. A Educação Superior é uma das áreas reformuladas, por meio da expansão e interiorização, de modo que, no Brasil, sobressai-se como uma política de deselitização da Universidade, e, em Angola, destaca-se com o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto. Considerando os pressupostos da Análise do Discurso Crítica - ADC, os acordos de cooperação entre universidades dos dois países são objeto central desta pesquisa, em que analisamos os modelos de documento adotados e algumas situações específicas em que são firmados. Mesmo sendo conhecido o fato de que cada instituição opera com condições estruturais e contextos regionais diferentes, o discurso sobre cooperação internacional, nas universidades brasileiras, é semelhante. Por isso, exemplificamos experiências institucionais totalmente distintas, com o propósito de entender as formalidades e os eventos que operacionalizam o discurso da cooperação internacional. Verificamos que o denominado Sul não é unificado e tampouco se manifesta do mesmo lado, o que implica dizer que podem ser incoerentes os princípios institucionais de horizontalidade e interesses comuns.

**Palavras-chave:** Angola. Brasil. Cooperação Sul-Sul. Acordos de cooperação.

## ABSTRACT

International relations are the topic of our interest, particularly studies about the global South, where colonial processes interfere intensely, generating the North-South division. We seek to reflect on the symbolic dimension of political and diplomatic discourses, namely around cooperation between Brazil and Africa, which extol the need to repair a historic debt. We analyze South-South Cooperation from its historical evolution and from some academic currents, presenting the Bandung Conference as the inaugural event. It is in this context that the United Nations - UN presents instruments and measures of access to the rights of peoples and nations historically marginalized and oppressed by colonialism. Angola and Brazil are part of this group of nations and have cultural ties and a history of relationships that also represent a bridge of connection with Africa, an object of resignification for the Brazilian government. Similar public policy programs are identified in both countries, some of them implemented through negotiations between the presidents. Higher Education is one of the areas reformulated, through expansion and internalization, so that, in Brazil, it stands out as a policy of delitization of the University, and, in Angola, it stands out with the resizing of the Agostinho Neto University. Considering the assumptions of Critical Discourse Analysis - CDA, cooperation agreements between universities in both countries are the central object of this research, in which we analyze the document models adopted and some specific situations in which they are signed. Despite the fact that each institution operates with different structural conditions and regional contexts, the discourse on international cooperation in Brazilian universities is similar. Therefore, we exemplify very different institutional experiences, with the purpose of understanding the formalities and events that operationalize the discourse of international cooperation. We verified that the so-called South is not unified and neither does it manifest itself on the same side, which implies saying that the institutional principles of horizontality and common interests may be incoherent.

**Key words:** Angola. Brazil. South-South Cooperation. Cooperation Agreements.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AACB</b> -	Final Communique of the Asian-African Conference of Bandung
<b>ADC</b> -	Análise do Discurso Crítica
<b>AL</b> -	América Latina
<b>AO</b> -	Acordo Ortográfico
<b>AUCANI</b> -	Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional
<b>BAPA</b> -	Buenos Aires Plan of Actions
<b>BM</b> -	Banco Mundial
<b>BNDES</b> -	Banco Nacional de Desenvolvimento
<b>BRICS</b> -	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
<b>CEPAL</b> -	Comissão Econômica para a América Latina
<b>CID</b> -	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
<b>COVID- 19</b> -	Coronavirus Disease - 2019
<b>CPLP</b> -	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
<b>EERP</b> -	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
<b>EUA</b> -	Estados Unidos da América
<b>FAO</b> -	Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>FIES</b> -	Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
<b>FMI</b> -	Fundo Monetário Internacional
<b>FNDE</b> -	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>IDH</b> -	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>INEP</b> -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>ISCED</b> -	Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda
<b>ISCISA</b> -	Instituto Superior de Ciências da Saúde
<b>MPLA</b> -	Movimento Popular de Libertação de Angola
<b>OECE</b> -	Organização de Cooperação Econômica Europeia
<b>OMC</b> -	Organização Mundial do Comércio
<b>ONGs</b> -	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b> -	Organização das Nações Unidas
<b>PALOP</b> -	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PEC-G</b> -	Programa Estudantes Convênio-Graduação
<b>PGF</b> -	Procuradoria Geral Federal

<b>PNAES</b> -	Programa Nacional de Assistência Estudantil
<b>PNUD</b> -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PROPAE</b> -	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis
<b>PROUNI</b> -	Universidade para Todos
<b>PT</b> -	Partido dos Trabalhadores
<b>REUNI</b> -	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>SELEST</b> -	Sistema de Seleção de Estrangeiros
<b>SISU</b> -	Sistema de Seleção Unificado
<b>TCDC</b> -	Technical Cooperation between Developing Countries
<b>UFPB</b> -	Universidade Federal da Paraíba
<b>UnB</b> -	Universidade de Brasília
<b>UNESCO</b> -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>OMS</b> -	Organização Mundial da Saúde
<b>UNESP</b> -	Universidade Estadual de São Paulo
<b>UNICEF</b> -	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>UNIKIVI</b> -	Universidade Kimpa Vita
<b>UNILA</b> -	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
<b>UNILAB</b> -	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
<b>UAN</b> -	Universidade Agostinho Neto
<b>UON</b> -	Universidade Onze de Novembro
<b>US / CSS</b> -	Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul
<b>USP</b> -	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O SIGNIFICADO TEÓRICO E PRÁTICO DA PROPOSTA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Histórico: da Conferência de Bandung ao início do século 21</b> .....	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Princípios condutores e questões de ordem prática: a perspectiva interdisciplinar da Cooperação Sul-Sul</b> .....	<b>21</b>
<b>2.3</b>	<b>Institucionalização: de projeto político descolonizador ao tecnicismo solidário</b> .....	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA: O ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA DE COOPERAÇÃO</b> .....	<b>31</b>
<b>3.1</b>	<b>Contexto histórico das relações Brasil-Angola</b> .....	<b>32</b>
<b>3.2</b>	<b>O Ensino Superior em Angola e no Brasil: entre avanços e retrocessos</b> .....	<b>38</b>
<b>3.3</b>	<b>UNILAB: em que se diferencia das outras instituições acadêmicas?</b> .....	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>ACORDOS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA ASSINADOS ENTRE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E INSTITUIÇÕES ANGOLANAS SOB O PONTO DE VISTA DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC)</b> .....	<b>49</b>
<b>4.1</b>	<b>Formalização dos acordos de cooperação acadêmica: entre os interesses políticos, os processos legais e o desenvolvimento científico-cultural</b> .....	<b>49</b>
<b>4.2</b>	<b>A UNILAB: das “intenções” protocolares aos planos de trabalho</b> .....	<b>57</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>65</b>
	<b>APÊNDICE - ENTREVISTA</b> .....	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais são um tema do nosso interesse desde a graduação em Ciências Sociais, finalizada em 2011, particularmente os estudos acerca do Sul global, onde os processos coloniais interferem intensamente, gerando essa divisão Norte-Sul. Desde então, buscamos refletir sobre a dimensão simbólica dos discursos políticos e diplomáticos, nomeadamente em torno da cooperação entre Brasil e África, que exaltam a necessidade de reparar uma dívida histórica. No nosso contexto de pesquisa, estão envolvidos temas como escravização dos povos negros e indígenas, interesses nacionais, políticos e econômicos, Educação Superior, ações afirmativas e heranças culturais africanas. São assuntos que nos fazem questionar as estruturas que reproduzem as formas de desumanização sistematizada na negação de muitos direitos básicos, dentre eles a educação.

No nosso entendimento, o sistema educacional deve ser instrumento de viabilização, não apenas à formação técnica e profissional, mas também à renovação de ideias e de princípios que contribuem para a efetivação dos direitos humanos, das garantias e das liberdades democráticas fundamentais. Por essa razão, o elitismo do Ensino Superior, sustentado pelo discurso de muitos grupos de poder, inclusive por instituições internacionais do sistema da Organização das Nações Unidas - ONU, é objeto de crítica e reprovação. Por outro lado, uma visão reformulada em relação à importância da formação superior para os países em desenvolvimento, adotada a partir dos anos 2000, influenciou governos na adoção de políticas de expansão, inclusão e formulação de projetos cooperativos.

A política de cooperação internacional tornou-se muito relevante no governo do Partido dos Trabalhadores - PT, sendo o continente africano o maior destino das propostas de acordo e expansão econômica do Brasil. A partir do discurso da cooperação solidária, o então presidente Luiz Inácio da Silva, o “Lula”, buscou intensificar relações com a África, tendo como ideal propagado a política de reparação do período de escravização. Dentre as áreas de alto investimento, destaca-se a Educação Superior.

Cooperação pressupõe a participação dos envolvidos como beneficiários e também como agentes, o que requer, necessariamente, investimentos e esforços mútuos, ainda que em diferentes níveis. Nesse sentido, a proposta de Cooperação Sul-Sul (CSS) emerge como uma possibilidade, para os países do chamado mundo em desenvolvimento, de reunir esforços para solucionar problemas comuns, numa perspectiva de horizontalidade e confiança. As experiências incorporadas como Cooperação Sul-Sul são inúmeras e nem sempre identificadas, dadas a complexidade das condições em que operam os atores e a própria definição do termo.

Buscamos então compreender essa proposta a partir da sua evolução histórica e de algumas correntes acadêmicas. Na primeira seção, apresentamos a Conferência de Bandung como o evento inaugural da Cooperação Sul-Sul, que mobilizou outras iniciativas e documentos que proclamaram a emergência de nações invisibilizadas, e também exploradas, pelas grandes potências mundiais. Adotamos autores como Iara Costa Leite (2012), que define o termo enquanto uma relação de troca entre países em desenvolvimento, havendo uma expectativa de recompensa mútua em função de necessidades comuns. Outros autores, como Milani (2014), apresentam o processo de reconhecimento e institucionalização da CSS como resultado da preocupação do Norte com os problemas de ordem social, política e econômica capazes de afetar a sua dinâmica, além das pressões do Sul por uma ordem internacional mais justa. É nesse contexto que a ONU se torna uma instituição mais representativa, viabilizando instrumentos e medidas de acesso a direitos dos povos e nações historicamente marginalizadas e oprimidas pelo colonialismo.

A ONU se tornou uma plataforma de debates e decisões em relação a muitas questões de interesse dos Estados, contemplando os países do Sul global. Contudo, a sua atuação é limitada pelas soberanias nacionais, principalmente das potências ocidentais. Dessa forma, detemo-nos na sua contribuição à formulação de um arcabouço técnico e orientador que possibilita o reconhecimento da CSS como mecanismo de fortalecimento e permanente intercâmbio entre os países do Sul. Buscamos compreender o conteúdo do Plano de Ação de Buenos Aires - BAPA<sup>1</sup>, comparando-o com a Comunicação Final da Conferência Afro-Asiática - AACB<sup>2</sup>. Nossa percepção é que, enquanto o primeiro apresenta um discurso voltado para a orientação e formalização de caráter mais tecnicista, o segundo se propõe a denunciar a exploração colonial e transformar a ordem internacional, de forma pacífica, em oposição ao modelo belicoso do momento. A luta anticolonial permitiu a visibilização de povos e nações que posteriormente contribuíram para o fortalecimento dos vínculos regionais, promovendo relações entre África, Ásia e América Latina.

Na segunda seção, trabalhamos a aproximação entre os continentes africano e latino-americano, por meio de dois países marcados pela colonização portuguesa e, mais recentemente, pelos interesses políticos e econômicos das antigas e novas potências mundiais. Angola e Brasil apresentam laços culturais e um histórico de relações com características muito particulares, mas o país africano representa também uma ponte de conexão com a África,

---

<sup>1</sup> *The Buenos Aires Plan of Actions.*

<sup>2</sup> *Final Communiqué of the Asian-African Conference of Bandung.*

diálogo que o governo brasileiro tentou ressignificar. Identificam-se programas de políticas públicas semelhantes nos dois países, algumas implementadas a partir de negociações entre os presidentes. A Educação Superior é uma das áreas reformuladas, por meio da expansão e interiorização, de modo que, no Brasil, sobressai-se como uma política de deselitização da Universidade, ao serem implementadas as ações afirmativas, e, em Angola, destaca-se como redimensionamento da Universidade Agostinho Neto e redistribuição territorial das instituições acadêmicas. Como resultado, houve uma evolução numérica e a diversificação do setor, possibilitando maior participação do setor privado, conforme a orientação do Banco Mundial.

Por se tratar de uma análise documental, buscamos entender a posição dessa instituição por meio de publicações direcionadas aos países em desenvolvimento, em períodos diferentes, e como o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerou essas orientações. Nesse contexto, foram incorporadas as reivindicações de movimentos sociais e a cooperação internacional como instrumento de fortalecimento das capacidades regionais, dando origem a duas universidades de integração brasileiras.

A análise relata ainda algumas ocorrências do cenário atual do Brasil (2019-2022), com o propósito de localizar a importância das políticas sociais desenvolvidas pela gestão do PT e como elas foram sendo desestruturadas desde o final do Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) até o presente momento, que se caracteriza pelo discurso de ódio e destruição de políticas inclusivas. A ideia é refletir sobre as consequências de posturas e decisões de lideranças nacionais e também sobre uma possível fragilidade dos programas criados, de maneira a questionar se representam políticas de Estado ou de Governo.

Feita uma contextualização do significado de Cooperação Sul-Sul e suas implicações no Ensino Superior, bem como da sua operacionalização pelos governos angolano e brasileiro, a pesquisa empírica se direciona para a formalização de acordos de cooperação entre universidades. Considerando os pressupostos da Análise do Discurso Crítica - ADC, o texto dos documentos é o objeto central da última seção, em que são analisados os modelos de documento adotados e algumas situações específicas em que são firmados. Mesmo sendo conhecido o fato de que cada instituição opera com condições estruturais e contextos regionais diferentes, o discurso sobre cooperação internacional é o mesmo. Por isso, exemplificamos experiências institucionais totalmente distintas, com o propósito de entender as formalidades e os eventos que operacionalizam o discurso da cooperação internacional. Não esteve ao alcance deste trabalho o aprofundamento de cada uma delas, uma vez que o contexto de pandemia impediu o planejamento de uma pesquisa de campo; contudo, percebemos que os acordos de cooperação podem gerar resultados efetivos, conforme o envolvimento dos atores responsáveis.

## 2 O SIGNIFICADO TEÓRICO E PRÁTICO DA PROPOSTA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

### 2.1 Histórico: da Conferência de Bandung ao início do século 21

As distorções provocadas pelo sistema colonial tornaram-se objeto de discussões políticas após a Segunda Guerra, o que possibilitou a formação de movimentos não apenas em prol da pacificação do sistema internacional como também do desenvolvimento e libertação do chamado Terceiro Mundo. Acrescentam-se a isso a necessidade de eliminação do sistema colonial e a afirmação de novos nacionalismos. Esses movimentos encontraram legitimidade na Carta das Nações Unidas que, em seu Artigo 1º, declara a importância de “promover a cooperação internacional para minorar os problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais (...)” (VALLER FILHO, 2007, p. 34).

A Cooperação Sul-Sul é um termo relativamente novo, mas bastante conhecido nos projetos voltados para a internacionalização da Educação Superior brasileira, na perspectiva de intercâmbio acadêmico com o continente africano. É resultado da reivindicação por uma horizontalidade, considerando que as nações em desenvolvimento não são apenas receptoras de ajuda internacional. Ainda que a sua institucionalidade esteja se concretizando, o movimento por um protagonismo do chamado Terceiro Mundo, numa perspectiva de visibilidade para além dos interesses das superpotências e não no sentido pejorativo adquirido posteriormente, inicia-se com o fim da Segunda Guerra, quando ocorre a pressão para o alinhamento junto a um dos blocos hegemônicos.

A “identidade terceiro-mundista” tornou-se visível apenas nos anos de 1960, embora a sua realidade remeta a tempos anteriores, considerando que o domínio colonial impedia o intercâmbio necessário ao fortalecimento das relações entre África, Ásia, América Latina e Caribe (EDMONDSON, 2010). O continente africano é um grande representante do protagonismo terceiro-mundista, considerando dois fatos históricos:

[...] [o] movimento de descolonização [...] – por ocasião do novo patamar atingido com a conquista da independência de Gana, em 1957, primeiro acontecimento na África desta ordem de valor [...] – [e] a multiplicação de Estados africanos [que] vindos à cena atribuiu, nas instituições do Terceiro Mundo e em outras instituições internacionais, uma imponente presença numérica do continente, concedendo dimensão mundial às preocupações propriamente africanas, expressas no contexto terceiro-mundista (EDMONDSON, 2010, p. 1005).

Nesse sentido, as nações africanas passaram a representar um peso numérico, tornando-se, juntamente com as nações asiáticas, lideranças capazes de pressionar por mudanças no sistema internacional e deslegitimar, de forma crescente, o modelo colonial que as grandes potências insistiam em manter. A Conferência Afro-Asiática, realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, em Bandung, na Indonésia, representou o início desse processo, contribuindo, inclusive, para a transição de uma condição de Terceiro Mundo (invisível e marginalizado pelo “Primeiro Mundo”, mas não necessariamente pobre, estático e desprovido de história e ideias) para um mundo em desenvolvimento.

Há um consenso entre os pesquisadores de que o início da institucionalização da Cooperação Sul-Sul ocorreu com a realização da Conferência de Bandung. Apesar de não contemplar a totalidade dos países periféricos, o encontro abriu o caminho para o protagonismo e o reconhecimento de um conjunto de nações e povos até então explorados pelo sistema político, econômico e social eurocentrado. O temor de uma nova guerra mundial e do poder destrutivo das armas nucleares, além das heranças traumáticas do colonialismo, tornou urgente a necessidade de mudança no centro do poder global, de modo que fosse possível superar também a crise que dividia o mundo em dois blocos antagônicos.

De modo crescente, houve a construção de um ponto de vista comum, no qual se destaca a importância dos países periféricos para a manutenção e a estabilidade das grandes potências. Mais do que isso, a noção de equilíbrio mundial ganhava força pela apropriação do vocabulário das Relações Internacionais, consagrado pela criação da ONU, em 1945. Em uma conjuntura posterior aos conflitos de 1939-1945, o temor dos grandes embates armados era amplo, e os territórios chamados periféricos emergiam como atores necessários à construção da paz. [...] A Conferência Afro-Asiática deu destaque a um palco estratégico de negociações e alianças ligado ao conceito de Terceiro Mundo, que se referia a países que não se definiam como potências capitalistas ou comunistas em razão da economia, que quase sempre não era nem industrializada nem autossuficiente (REIS; RESENDE, 2019, p. 313).

A Conferência contou com 29 delegações oficiais, sendo 23 asiáticas e seis (6) africanas. Ao final, foi produzido um documento destacando os principais pontos abordados no evento, dentre os quais a preocupação com a redução das desigualdades econômicas e sociais, a necessidade de cooperação entre os países periféricos e a importância desses países no processo de construção da paz internacional (AACB, 1955). A questão de maior relevância na unidade dessas nações esteve relacionada ao combate ao colonialismo e à defesa dos princípios proclamados na Carta das Nações Unidas. Reis e Resende (2017) observam que, apesar de muitos pontos comuns, o grupo não era homogêneo, especificamente em relação à classificação das práticas colonialistas. Nesse sentido,



[...] ainda que a palavra colonialismo fosse um ponto pacífico e de experiência histórica entre todos os envolvidos em Bandung, seu significado estaria em constante disputa [...] entre comunistas e anticomunistas, pró e antissoviéticos. Se os males da colonização eram inegáveis, de qual colonização falar: a do passado ou a do presente? No antigo ou no novo molde? Por fim, qual deveria ser denunciada publicamente sem colocar as nações participantes em posição desconfortável com seus outros parceiros na Guerra Fria? (REIS; RESENDE, 2019, p. 317).

Além das diferenças ideológicas, as condições desiguais de desenvolvimento econômico também são dados a serem considerados na construção das relações Sul-Sul. Bergamaschi, Moore e Tickner (2017, p. 08) argumentam que, “apesar da existência de características comuns, as relações de cooperação entre as nações em desenvolvimento têm suas peculiaridades, não sendo, portanto, suscetíveis a análises a partir de um modelo único”. Nesse sentido, são comuns as assimetrias, principalmente econômicas, entre os diversos atores, mas o princípio da horizontalidade é fundamental no processo.

Apesar de todos propagarem agir por horizontalidade e benefícios mútuos, esses princípios, na realidade, têm uma variedade de significados e implicações em cada cenário da CSS. A noção do excepcionalismo chinês na África, uma característica proeminente do engajamento atual de Pequim no continente, busca estruturar as relações de tal forma que permanecem assimétricas no contexto econômico, mas, não obstante, caracterizam-se como igualitárias em termos de reconhecimento dos ganhos econômicos e posição política (ou seja, respeito mútuo e igualdade política)<sup>3</sup> (BERGAMASCHI; MOORE; TICKNER, 2017, p. 08, tradução nossa).

A Conferência de Bandung já expressava essas assimetrias de forma muito explícita, sendo possível identificar, a princípio, um “paternalismo” asiático em relação ao continente africano. Posteriormente, essas assimetrias se apresentaram nas “desigualdades de posições (...) em outros encontros pós-Bandung, construindo um modelo nem sempre igualitário e não completamente novo de fazer política internacional por parte do Terceiro Mundo” (REIS; RESENDE, 2019, p. 323).

A Conferência de Bandung é considerada, portanto, o marco institucional do movimento dos países não alinhados às grandes potências mundiais. A esse evento também é atribuída a transformação da ordem internacional e a criação dos princípios de cooperação, visando assegurar melhores condições das nações em desenvolvimento. No entanto, é pertinente questionar: por que, em se tratando de uma conferência com propósitos tão relevantes para o mundo periférico, inclusive para a América Latina (AL), restringiu-se à Ásia e à África?

---

<sup>3</sup> Do original: “Although they all claim to act out of horizontality and mutual benefit, these principles in reality have a variety of meanings and practical implications in each SSC scenario. The notion of “China’s exceptionalism” in Africa, a prominent feature in Beijing’s current engagement on the continent, seeks to structure relations such that they remain asymmetrical in economic content but are nonetheless characterized as equal in terms of recognition of economic gains and political standing (i.e. mutual respect and political equality)”.

Bressan e Salles (2015) apontam fatores que situavam o continente sul-americano num contexto histórico e econômico distinto daquele em que se encontravam a África e a Ásia, na década de 1950. O processo de independência, bem como as guerras anticoloniais, eram questões que a AL já tinha enfrentado nos séculos XVIII e XIX, ao passo que muitos países africanos e asiáticos passavam por essa etapa no período da Conferência. As propostas de integração latino-americana, baseadas na ideia do bolivarianismo, no exemplo da União Europeia e nas teorias desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, foram questões que, de certo modo, isolaram o continente. Ademais, a proximidade com o Estados Unidos tornou a sua influência muito mais forte e os anos seguintes demonstraram que, em alguns momentos, houve alinhamento e posicionamentos bem contraditórios, em vista dos ideais anti-imperialistas.

É interessante destacar o posicionamento do diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes, enviado como observador brasileiro ao evento. Ele não apenas criticou a distância brasileira do mundo “ásio-africano” como expôs aversão ao alinhamento incontestado com os Estados Unidos e ao regionalismo continental. Em suas palavras:

[...] o Brasil deve começar imediatamente a traçar e a pôr em execução uma política internacional de escopo mundial. Precisaremos fazer o que o americano chama coloquialmente de *to think big*, ou seja, pensar, planejar largamente, dentro de uma órbita maior que a continental. A mesquinhez de uma política apenas ativa na América do Sul e passivamente seguidora dos Estados Unidos no mundo em geral já não mais terá cabimento (MENEZES, 2012, p. 19).

Sobre a conferência, o autor tece comentários positivos quanto à atuação dos países ali representados, destacando o “comedimento” e a “maneira perfeitamente decorosa” dos seus representantes, em oposição ao temor, protagonizado pela imprensa estadunidense de que aquele seria um evento para desestabilizar ainda mais as relações com o Ocidente ou propagar o comunismo. Vale destacar, como já relatado anteriormente, que o alinhamento entre os participantes quanto aos seus objetivos não significa ausência de diferenças entre eles, sendo o ponto mais dramático a questão do imperialismo comunista, representado naquele momento pela União Soviética. Menezes (2012, p. 248) narra que a solução encontrada foi apresentar no documento final a “condenação ao colonialismo em todas as suas manifestações”, como forma de evitar referências mais explícitas ao colonialismo europeu ou soviético.

Em relação à América Latina, Edmondson (2010) acrescenta a inexistência de uma identidade política e cultural entre as antigas colônias hispânicas e as nações afro-asiáticas, considerando que a Espanha não representava uma metrópole a ser combatida naquele período.

O Caribe é considerado a exceção, uma vez que o protagonismo negro na região é bastante significativo, a exemplo da Revolução Dominicana<sup>4</sup>. A identificação racial, nesse sentido, contribuiu para a construção de um movimento pan-africanista transcontinental, em que se concretizou um movimento em prol da libertação do Terceiro Mundo, segundo Edmondson (2010). Na sua concepção, o Brasil também faz parte de um contexto específico, tendo em vista suas heranças histórico-culturais africanas, mas que não foram suficientes para o seu engajamento no movimento de não alinhamento. O Brasil se destacou com posicionamentos contraditórios ao longo dos anos posteriores à Conferência de Bandung. Em determinados momentos, a sua política externa evidenciou a relevância da cooperação internacional e, em especial, da identidade afro-brasileira. Entretanto, em outros, manifestou interesse em privilegiar relações com as grandes potências internacionais.

Um fato que demonstra essa contradição do posicionamento brasileiro é o reconhecimento da independência de Angola, em 1975, pelo governo da Ditadura Militar, que estava em conformidade com a política estadunidense. Lima e Santos (2015) relatam o significado desse ato diplomático em meio a um contexto político interno brasileiro bastante conturbado. Sobre os quarenta anos das relações Brasil-Angola, em que chama atenção o Brasil ter sido a primeira nação estrangeira a reconhecer a nação angolana, os autores consideram o momento “atípico”, posto que a Doutrina de Segurança Nacional vigente naquele momento definia o Brasil como aliado incontestado dos Estados Unidos. Em relação à Angola, havia uma complexidade que levou o Brasil a contrariar o seu posicionamento interno, o que é resultado de um engajamento diplomático, posto que:

o reconhecimento [de uma nação] parte também de pressupostos objetivos para averiguar a legitimidade do fato político com base no direito internacional. No caso de Angola, ambos aspectos se mostravam complexos. A opção política se confundia com a ideológica, o que lançava o Brasil no meio do jogo das superpotências em plena Guerra Fria na África, agravado pela informação da presença de forças cubanas em Angola. Internamente, a decisão seria vista como apoio aos comunistas, ou seja, aqueles contra os quais o golpe militar de 1964 fora planejado (LIMA; SANTOS, 2015, p. 24).

Desde então, registram-se vinte instrumentos formalizados<sup>5</sup> entre os dois governos, com o propósito de cooperação. Em 1980, foi assinado o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

---

<sup>4</sup> JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros: Toussant L’Ouverture e a revolução de São Domingos. Trad. Afonso Teixeira Filho. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

<sup>5</sup> Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Atos Internacionais. Relação de Acordos.

República Popular da Angola, que contempla aperfeiçoamento profissional e pesquisa científica, o que implica o envolvimento das instituições universitárias.

O Brasil sustenta o discurso da identidade cultural e histórica com a África, considerando a colonização portuguesa, e, apesar da Ditadura Militar, a diplomacia brasileira atuou para reforçar a ideia de que o colonialismo é um modelo a ser superado pelo Terceiro Mundo. A necessidade de reafirmar esse discurso e solucionar a tragédia social resultante de séculos de escravização de pessoas negras distingue a cooperação brasileira no seu aspecto ideológico. A reparação histórica pode ser considerada uma política de Estado, uma vez que há legislação vigente para cotas raciais, ainda que não seja uma questão consensual e apesar de o governo brasileiro (gestão 2019-dias atuais) se opor abertamente a qualquer política nesse sentido, inclusive executando manobras para desarticular medidas já implementadas<sup>6</sup>. Em discursos oficiais, a tendência é ignorar o processo de escravização. Em sua participação no Fórum Brasil-África 2019, o vice-presidente Hamilton Mourão enfatizou a importância das relações histórico-culturais e econômicas sob uma perspectiva romantizada, fazendo referência ao período em que pessoas eram forçadas à escravidão,

[...] basta dizer que o período do século 17 ao 19 aproximou de tal forma as duas margens do Atlântico Sul que ambas começaram a ficar semelhantes, os navios transportaram pessoas e produtos, e com eles trouxeram e levaram conhecimento, DNA e afetos. A maioria do povo brasileiro se reconhece hoje como afrodescendente (MOURÃO, 2019, informação verbal).

Em contraposição aos discursos do governo anterior, a política de reparação histórica não constitui uma pauta relevante. Entre avanços e retrocessos, é uma política pública em andamento, mas requer ainda muitas iniciativas. O processo de escravização, no Brasil, deixou como heranças a violência e a exclusão social, o que representa entraves à democracia. Joaquim Nabuco desejou que a abolição completasse a Independência, tornando “o Brasil elevado à dignidade de país livre” (NABUCO, 2010[1883], p. 34); porém, dois séculos depois do “grito do Ipiranga”, podemos considerar que o Brasil ainda não se libertou, por completo, das amarras do colonialismo. Considerado oficialmente um país democrático, o discurso e as leis adotadas pelo Brasil atendem em parte os critérios elencados por Dahl (2001, p. 50), uma vez que a ausência de condições materiais, paradoxalmente proporcionadas por uma economia de mercado, impede o acesso à educação e serviços básicos, impossibilitando o “entendimento

---

<sup>6</sup>Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

esclarecido” e, conseqüentemente, a “igualdade política” e o “controle definitivo do planejamento”.

Nesses termos, o próprio autor reconhece os limites práticos da existência da democracia, propondo os critérios como parâmetros de aproximação. Vale ressaltar que esses foram elaborados com base na realidade ocidental e a partir da experiência dos Estados Unidos da América e, mesmo buscando compreender sociedades tão distintas, como a Índia, Dahl (2001, p. 179) defende que “não há alternativa ao modelo democrático”. Contraditoriamente, esse sistema tem sido imposto, conforme os parâmetros do mundo ocidental moderno e industrializado, com o propósito de incluir todas as nações, o que resulta numa maior exclusão. Assim, processou-se também a divisão Norte desenvolvido versus Sul em desenvolvimento, o que também não é homogêneo. Neste grupo, é comum uma diversidade na qual se enquadram as chamadas potências emergentes e países considerados pobres. No contexto da Cooperação Sul-Sul, isso interfere quando há uma idealização do conceito, em que são geradas expectativas de que a relação bilateral, por exemplo, terá custos e contrapartidas na mesma proporção. Considerando os acordos de cooperação acadêmica entre Brasil e Angola, é necessário compreender o contexto da educação básica e superior em cada um desses países, pois questões de ordem histórica, política, econômica, cultural e social influenciam na forma como implementam a proposta dos acordos.

A proposta de uma cooperação do Sul global tem como referência o modelo que tende a padronizar ações e práticas, no geral coordenadas por organismos internacionais sustentados econômica e ideologicamente pelo Norte global. O sistema ONU é o maior deles. Essa tendência é resultado de uma apropriação, ou adequação, de um movimento político-ideológico contra-hegemônico, como demonstra Medeiros (2017), numa estratégia tecnicista em que foram estabelecidos critérios e sistematizações com vistas à promoção do desenvolvimento. A cooperação foi incorporada à ONU, inicialmente como “assistência técnica” e depois transformando-se em “cooperação técnica para o desenvolvimento”, de modo que o primeiro programa de ajuda técnica foi estabelecido em 1949. Nos anos seguintes, a Organização demonstrou alguma preocupação com os problemas sociais e econômicos dos países pobres e, em 1972, criou o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (TCDC), que se transformou oficialmente em Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (SU / SSC) somente em 2004<sup>7</sup>. A institucionalização da Cooperação Sul-Sul, de acordo com Valler Filho (2007, p. 34), foi sancionada pela “Assembleia Geral da ONU,

---

<sup>7</sup>Para mais informações, consultar: <https://www.unsouthsouth.org/>. Acesso em: 02 set. 2021.

por meio da Resolução 2.974, de 1972”, ocasião em que foi criado “um grupo de trabalho *ad hoc* para estudar mecanismos que incrementassem a cooperação e analisar as possibilidades da cooperação técnica regional e internacional”.

A assistência técnica oferecida pelos países desenvolvidos torna-se importante a partir do momento em que a pobreza das nações periféricas vira uma ameaça ao poder das grandes potências, especialmente porque a sua institucionalização ocorreu num contexto de guerras e crises econômicas. Conforme Milani (2014, p. 33), “a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - CID evoluiu da condição de ações pontuais de ajuda internacional para um programa regular, regido por organizações internacionais e com normativos, no período da guerra fria”. Esse modelo de relação, também conhecido como Cooperação Norte-Sul, teve como motivação “interesses políticos, diplomáticos ou humanitários”. Diversas instituições foram fundadas a partir de então: Organização de Cooperação Econômica Europeia (OECE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), dentre outras (MILANI, 2014).

Por meio de instituições, as ações da CID ganharam uma nova dimensão, especialmente em termos de coordenação, regularidade e recursos. As organizações, guiadas pelos ideais de democracia, direitos humanos e desenvolvimento adotados pelas grandes potências, têm discursos e práticas que podem ser contestáveis, pois, ao longo dos anos, a sua atuação se deu numa perspectiva universalista de valores e conceitos. Essa universalidade é evidente em missões de paz da ONU e principalmente na classificação dos países baseada num padrão exclusivamente economicista. Apesar da inserção do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, considerado um parâmetro mais abrangente para medir o desenvolvimento, em substituição ao modelo de renda per capita, Milani (2015, p. 44) reforça que as “desigualdades entre países ou regiões e as diferenças de classes sociais na ordem internacional” não são consideradas numa perspectiva de debater a ordem e a estrutura do poder mundial.

As desigualdades refletem na forma de atuação dos países cooperantes, mesmo entre aqueles que historicamente não fizeram parte da elite global do ponto de vista do Ocidente. Como ilustração das formas de cooperação numa perspectiva diversificada, Bergamaschi e Tickner (2017) apresentam exemplos de ações, realizadas principalmente no continente africano, em que os motivos são diferenciados. Há fundamentações ideológicas, religiosas, simbólicas e econômicas e, ainda, os setores para os quais cada país se empenha em cooperar. A China, por exemplo, atua de forma bastante intensa em obras públicas no continente africano,

numa perspectiva de horizontalidade; o Brasil e a Índia invocam o discurso das heranças históricas e culturais marcadas pelo processo de colonização e desenvolvem ações bastante significativas em agricultura; Cuba atua na área de saúde, especialmente por meio de missões humanitárias, em países africanos e latino-americanos.

Lima (2005, p. 3) afirma que a Cooperação Sul-Sul é, “nesse sentido, o espaço para a afirmação da identidade de coalizões formadas pelos países de terceiro mundo, em contraponto com o contexto das negociações Norte-Sul”. Assevera ainda que as relações com os Estados Unidos e a Europa não foram substituídas pelas novas parcerias, principalmente em termos de mercado, mas a elas acrescentadas, tendo em vista o potencial dos países em desenvolvimento. Apontam Milani (2014) que a disseminação da proposta de cooperação surgiu a partir da preocupação com a desigualdade e o subdesenvolvimento, o que levou as nações do Norte a buscar alternativas para superar o atraso dos países do Sul. Nesse sentido, compreende-se que a cooperação pressupunha a subordinação aos avanços e ao desenvolvimento produzidos pelo Norte.

Na prática, a cooperação para o desenvolvimento consistia em transferência de tecnologias e programas do Norte para o Sul. A dependência e a contrapartida exigida tornaram, no entanto, esse modelo insustentável. Já a agenda cooperativa, voltada para os países emergentes, toma como princípio universal a democracia, o que, todavia, não é uma realidade para muitos. Ademais, a crise econômica da década de 1990 dificultou a concessão internacional de crédito. Em contraposição a esse cenário é que surge e ganha força a articulação entre as nações em desenvolvimento.

Essa articulação, como já relatado, não se processa de forma semelhante e nem tampouco é passível de ser dimensionada nos padrões estabelecidos pelas instituições que propõem seus critérios e contabilizam seus resultados. Ressalta-se, porém, que essas mesmas instituições têm papel relevante no sentido de reconhecimento e até na realização de ações cooperativas.

## **2.2 Princípios condutores e questões de ordem prática: a perspectiva interdisciplinar da Cooperação Sul-Sul**

O termo Cooperação Sul-Sul é usual no contexto acadêmico e político e, apesar de muito debatido, seu conceito está em fase de construção. Há uma diversidade de abordagens metodológicas em que pode ser analisado o fenômeno da Cooperação Sul-Sul, mas algumas áreas têm sido predominantes nos trabalhos de investigação científica. Uma vez que o campo

disciplinar tem seus limites, faz-se necessária a construção do diálogo entre as áreas de conhecimento para que a totalidade não seja perdida. É inegável que a ciência, mesmo numa perspectiva interdisciplinar, não contempla a “realidade em si”, mas apenas uma “realidade para si” (PIMENTA, 2013, p. 109). No entanto é imprescindível que a pesquisa tenha sempre como fundamento o compromisso com o ser humano como parte da natureza, o que tem implicações éticas.

Seguindo os pressupostos do positivismo, a ciência tem sido mistificada e praticada numa perspectiva dualista, de modo que a divisão entre ciências humanas e não humanas traz um direcionamento bastante separatista e, por vezes, antagônico. Esse antagonismo entre áreas de conhecimento produz uma incompletude no campo da pesquisa, uma vez que elementos essenciais não são contemplados por conceitos e princípios metodológicos específicos. É compreensível que os campos de conhecimento tenham suas especialidades, dando conta apenas de determinados fenômenos, mas todos eles estão integrados, de alguma forma, na natureza, e, se despertam interesse por parte da ciência, é porque de alguma forma interferem na condição humana. Nesse sentido, as ciências, em sua multiplicidade de métodos e teorias, não podem ser apresentadas numa perspectiva hierarquizada ou antagônica, o que é bastante comum, uma vez que há uma construção histórica permeada pela influência do poder, a exemplo do eurocentrismo.

Nas ciências humanas, é fundamental o debate, não apenas para conciliar ideias aparentemente opostas, mas para promover o diálogo, especialmente com os campos não científicos. Sem esse intercâmbio, torna-se inalcançável o objetivo maior da ciência, que é o de servir à humanidade, além de correr o risco de produção de conhecimento distorcido. Assim, a ideia de Cooperação Sul-Sul deve considerar uma reflexão que ultrapassa o espaço acadêmico e também político, para evitar possível credibilidade, que pode ocorrer quando os pesquisadores se deparam com eventos contraditórios, de modo que a realidade analisada não se enquadra nos princípios teóricos elencados tanto pelas teorias quanto pelos discursos políticos. Como resposta, do ponto de vista de um modelo academicista, apenas dois caminhos se apresentam, de imediato: a Cooperação Sul-Sul não existe ou o objeto estudado não faz parte dela.

No Ensino Superior, quando a abordagem se dá em torno dos discursos apresentados em documentos oficiais, mais precisamente em acordos de cooperação, e a prática é observada por meio de números, certamente haverá dúvida quanto à existência de uma relação equilibrada e solidária, termos muito presentes nos discursos políticos, entre duas nações que buscam promover intercâmbio cultural, acadêmico e científico por meio de suas instituições.



Nesse caso, os limites não se enquadram apenas na aplicação do método, mas também em questões de ordem epistemológicas.

No Brasil, a cooperação internacional é um tema de domínio das relações internacionais, mas não se restringe a esse campo, uma vez que sua origem está profundamente relacionada a problemas de ordens econômica e política, afetando a dinâmica interna dos estados nacionais em desenvolvimento. Ao abordar o tema a partir das teorias neorrealista e institucionalista, Soares Leite (2011) explicita as razões pelas quais os estados nacionais estabelecem relações de cooperação, tendo-as como um meio para superar as suas desvantagens no mercado internacional e na balança de poder. Conforme a autora, as duas teorias consideram que o sistema internacional, seja em sua forma anárquica ou interdependente, é determinante para a ação dos Estados, levando-os a adotar a cooperação. Em resumo, há uma necessidade de garantir segurança, dados os riscos de um sistema, composto por estados-nações diversos e soberanos. Além disso, a interdependência implica a relevância de uma maior interação, troca de informações e uma atuação mais efetiva por meio das instituições. Tudo isso é fundamental para os países do Sul, dadas as suas condições de desvantagens políticas e econômicas em relação ao Norte, tornando-se espaços possíveis de visibilidade.

Considerando o ponto de vista dos economistas, Costa Leite (2012) apresenta possíveis incompatibilidades quando se consideram os interesses mercadológicos, em que prevalece a competição, não havendo espaço para a cooperação, mas adverte que a teoria marxista admite a existência de solidariedade entre capitalistas. Na prática, a CSS tem sido amplamente debatida no campo da Economia porque, em uma determinada fase do seu percurso histórico, a preocupação fundamental era o desenvolvimento econômico, de modo que as agências internacionais tiveram papel significativo na condução de políticas econômicas voltadas para a estruturação da economia dos países periféricos, ancorada no modelo neoliberal.

Foi na década de 1970 que a questão econômica se tornou mais importante no movimento de não alinhamento, que, na sua manifestação inicial, tinha como focos o fim do colonialismo e a luta antirracista no continente africano, passando a defender mais firmemente a superação das desigualdades e da pobreza, a revisão do modelo econômico vigente e uma lógica de mercado mais justa (MEDEIROS, 2017). Nesse contexto, as reivindicações do Sul foram ganhando espaço nas instituições internacionais, levando em consideração as críticas formuladas pela teoria da dependência econômica, e passaram a ser trabalhadas por um viés mais técnico, quando foi criado o Grupo de Trabalho na ONU para o tema. Soares Leite (2011) afirma que a teoria da dependência exerce influência nas organizações internacionais porque trata-se de uma explicação observável no terceiro mundo. Dessa forma, a industrialização,

difundida pelo Norte, não proporcionou o desenvolvimento do Sul, de modo que, mesmo aquelas regiões que já haviam conquistado a independência há mais de um século, como era o caso da América Latina, enfrentavam as mesmas condições de subdesenvolvimento dos continentes africano e asiático. Portanto, a teoria da dependência, em sua versão clássica, rejeita a proposta de evolução capitalista, de origem ocidental e, como as demais concepções de origem colonialista, homogeneizadora, tratando todas as regiões do mundo da mesma forma e adaptáveis a qualquer projeto de desenvolvimento criado e implantado no Norte.

A emergência do Sul é marcadamente discutida por Santos e Meneses (2009), que a defende como um caminho para a superação do que ele denomina “linhas abissais”, divisões que se sustentam em bases coloniais, notadamente no domínio do conhecimento. Considera que a ciência moderna constitui um conhecimento abissal, uma vez que detém o poder de estabelecer os critérios de validade em detrimento de outros tipos de conhecimento. Existem confrontos visíveis entre a ciência e outras formas de conhecimento, como a filosofia e a teologia, por exemplo. Mas existem aquelas formas invisíveis de conhecimentos devido à sua negação como tal, uma vez que não se encaixam no modelo aceitável.

Santos e Meneses (2009, p. 25) destaca que os “conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas” são reconhecidos apenas como “crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos”, pois não podem ser analisados a partir dos critérios estabelecidos pela ciência hegemônica. Segundo o autor, assim como outras formas de interação social, estão localizados do outro lado da linha que não permite a sua visibilidade e, portanto, não existem. As linhas abissais não apenas excluem, mas também condenam. No domínio do direito, a sociedade civil e o estado de natureza representam as duas únicas formas de pertencimento, nos padrões da modernidade ocidental. Nessas condições, milhões de seres humanos são condenados a um estado de natureza, seja porque habitam regiões fora dessa dualidade ou porque não são aceitos nos espaços organizados nessa lógica.

A história vem sendo registrada por uma ótica da classificação sempre nos parâmetros do modelo ocidental e, diante da impossibilidade, o caminho tem sido a invisibilidade ou o esquecimento. Para uma classificação dos grupos fora dos padrões de desenvolvimento, no campo das relações internacionais, dividiu-se o mundo de forma hierárquica. A ideia de Terceiro Mundo apareceu como uma perspectiva de não alinhamento ao conflito Leste-Oeste, mas passou a ser um termo de referência a um mundo inferior, ou seja, subdesenvolvido, já que não se enquadra no padrão de desenvolvimento econômico, tecnológico, político e cultural dominante.

A Cooperação Sul-Sul, se analisada somente do ponto de vista tradicional, não contemplará as suas multidimensionalidades, tornando seus estudos, possivelmente, desconexos de alguns dos seus princípios. Nessa perspectiva, faz-se necessário “ampliar mais ainda as discussões epistemológicas, metodológicas, éticas, políticas, estéticas e culturais” (MACEDO; GALEFFI; PIMENTEL, 2009, p. 84), o que propicia o desempenho do papel que é devido à ciência: atender às necessidades humanas.

A complexa esfera da natureza, da qual o homem faz parte, não cabe nas divisões propostas pelo positivismo, ainda que tenham a sua utilidade prática. O “vivido e o vivente” são sujeitos imprescindíveis a essa natureza quando captada pela ciência, visto que o importante não é apenas o fenômeno em si, mas as implicações que ele é capaz de produzir na vida humana. A pesquisa acadêmica deve atentar para um compromisso ético e, portanto, deve ter responsabilidade em relação ao “efeito produzido sobre uma pessoa, um grupo, uma cultura” (MACEDO, 2009, p. 86). Esse efeito não é necessariamente “justo” ou tem a função de solucionar problemas que, por ora, solicitam uma resposta.

A Cooperação Sul-Sul, diferentemente do que se pretende, ocorre num plano bastante desigual e, às vezes, apresenta características opostas aos seus princípios. Essas desigualdades, no geral, são analisadas somente do ponto de vista da economia; entretanto, embora se reconheça que as condições econômicas são determinantes para garantir posições, não são elas os aspectos mais relevantes da necessidade de cooperar. No contexto da educação superior, é possível distinguir algumas especificidades, que perpassam a interferência do projeto de uma educação eurocentrada, que limitam o intercâmbio acadêmico numa perspectiva bilateral e solidária entre os países do Sul. Dessa forma, não é apropriado acreditar em uma cooperação pautada exclusivamente numa relação de troca imediata, seja ela material ou imaterial.

### **2.3 Institucionalização: de projeto político descolonizador ao tecnicismo solidário**

As propostas da Conferência de Bandung representam o marco de um projeto político, mas a sua expansão tomou outros rumos à medida que as pautas econômicas se tornaram mais urgentes na interação com a ordem internacional. Ainda que a questão econômica tenha sido o primeiro ponto abordado pelo documento Comunicação Final da Conferência Afro-Asiática (AACB), a defesa da soberania das nações não alinhadas e o fim do colonialismo e do racismo foram os motivos para a organização da Conferência. Tendo em vista a situação de marginalização do sistema internacional, a cooperação foi adotada como o recurso

mais acertado para fazer frente ao poder vigente e alcançar visibilidade. Destaca-se que o discurso apresentado, não apenas no pronunciamento dos líderes como também nos documentos e encontros posteriores, procura evidenciar a defesa da paz internacional e que o movimento não busca competir ou desconsiderar as nações de outras regiões, especialmente as mais desenvolvidas que já atuavam em projetos de cooperação. É perceptível, como já colocado por alguns autores (LEITE, 2012; LIMA, 2005; MILANI, 2014), que não havia pretensão de substituir relações, mas somá-las, a partir do protagonismo dos que se beneficiam com a cooperação. Tratando das condições econômicas, o documento apresenta:

A Conferência Afro-Asiática reconheceu a urgência de promover o desenvolvimento econômico na região. Havia um desejo generalizado para a cooperação econômica entre os países participantes na base do interesse mútuo e respeito à soberania nacional. As propostas relativas à cooperação econômica entre países participantes não impedem a conveniência ou a necessidade de cooperação com países de fora da região, incluindo os investimentos do capital estrangeiro. É mais que reconhecido que a assistência recebida pelos participantes de outros países de fora da região, através de acordos bilaterais ou internacionais, tem dado uma contribuição valiosa para a implementação dos seus programas de desenvolvimento<sup>8</sup> (AACB, 1955, p. 2, tradução nossa).

Além das preocupações com a equidade e a justiça nas relações comerciais, houve grande mobilização pela construção da paz e contenção dos conflitos internacionais, tendo em vista a iminência de uma terceira guerra mundial, razão pela qual o discurso predominante era bastante cuidadoso em relação às grandes potências. A Guerra Fria, no entanto, já havia se iniciado e a periferia tornou-se o espaço onde a guerra armada aconteceu, preservando os territórios dos Estados Unidos e da Europa. Problemas já enfrentados pelas nações periféricas, como os conflitos de independência, foram agravados por influência das ideologias em disputa. Para esses países, a cooperação, também bastante enunciada no documento de Bandung, era entendida como o principal instrumento de aproximação e fortalecimento, ainda que houvesse muitas diferenças entre elas. Contudo, tinham objetivos comuns, especialmente a preocupação com a segurança internacional, em que a formulação de uma política de controle de armamentos estava na agenda de debates. Para tanto, era imprescindível a liberdade, ou seja, o fim do colonialismo e o direito a alternativas fora da imposição das grandes potências, de modo que o

---

<sup>8</sup> Do original: “The Asian-African Conference recognized the urgency of promoting economic development in the Asian-African region. There was a general desire for economic co-operation among the participating countries on the basis of mutual interest and respect for national sovereignty. The proposals with regard to economic cooperation within the participating countries do not preclude either the desirability or the need for cooperation with countries outside the region, including the investment of foreign capital. It was further recognized that the assistance being received by certain participating countries from outside the region, through international or under bilateral arrangements, had made a valuable contribution to the implementation of their development programmes.”

documento defende que “todas as nações devem ter o direito de escolher livremente seus próprios sistemas político e econômico e seu caminho de vida, em conformidade com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas” (AACB, 1955, p. 3, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Os líderes participantes da Conferência sempre procuraram evidenciar o papel preponderante das Nações Unidas como representante de todas as nações no mundo e promotora da paz internacional e dos direitos humanos, reivindicando também seus lugares na instituição. A percepção do mundo não desenvolvido como protagonista da sua própria história ainda é uma questão complexa e a ideia de centro-periferia como uma relação inalterável persiste, inclusive nas instituições internacionais. Além do espaço limitado, as nações consideradas periféricas precisam se adequar internamente ao modelo democrático ocidental e, por essa razão, a cooperação para o desenvolvimento, modalidade inicialmente liderada pelos países ricos, deu-se por meio da imposição de condicionalidades. Vale ressaltar que a proposta de cooperar surgiu no mundo desenvolvido com o propósito de recuperar a Europa da crise decorrente da Segunda Guerra Mundial, por meio do Plano Marshall. Também estão relacionados à criação da “arquitetura de ajuda internacional” a preocupação com o avanço do comunismo, o processo de descolonização da África e do Caribe e a teoria do desenvolvimentismo na América Latina (MILANI, 2014).

A ajuda internacional, portanto, tem seus fundamentos na necessidade de expansão do capitalismo, tornando-se indispensável que os países do terceiro mundo adotem, da forma mais rápida possível, as instituições favoráveis ao desenvolvimento econômico, resultando, na maioria dos casos, em tragédias sociais, políticas e culturais. Chan (2004) argumenta que essas instituições, consideradas “boas”, geralmente transplantadas dos EUA para o restante do mundo, são impostas aos países pobres num prazo muito curto, especialmente por meio dos acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC, ao passo que os países ricos levaram séculos para alcançar determinado padrão institucional e, em muitos casos, paradoxalmente, foi exatamente por não haver tais instituições e regulamentações específicas que alguns se tornaram grandes potências. Para o estabelecimento de relações econômicas com os países em desenvolvimento, é indispensável que disponham de uma “democracia, uma burocracia e um Judiciário limpos e eficientes, a forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual, boas instituições de governança empresarial” (CHAN, 2004, p. 124), além de regulamentação trabalhista e previdenciária sustentável. Ademais, o autor apresenta a história do desenvolvimento industrial, que, nos países ricos, pôde crescer graças ao roubo de

---

<sup>9</sup> Do original: “All nations should have the right freely to choose their own political and economic systems and their own way of life, in conformity with the purposes and principles of the Charter of the United Nations.”

invenções, uma vez que inexistia lei de patentes, a utilização de trabalho semi-escravo e infantil e, ainda, o protecionismo, atualmente condenado pela chamada “ortodoxia liberal”.

Na arquitetura da cooperação internacional, são inconcebíveis a concessão de recursos ou o estabelecimento de acordos e projetos onde não há instituições mínimas para a sua execução. De fato, torna-se inviável qualquer tipo de troca de experiências sem uma estrutura, pelo menos, de comunicação entre governos e atores envolvidos. Por outro lado, há um padrão a ser seguido para o reconhecimento, por parte da ONU e seu sistema, de relações cooperativas. O documento denominado Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, apresenta, dentre as 38 recomendações, a necessidade de fortalecimento de uma base institucional que possibilite a realização dos programas e a manutenção de um sistema de troca de informações em nível regional e global. O referido plano contém uma série de orientações que evidenciam uma intenção de formalizar protocolos a serem seguidos, implicitamente propostos pelos países desenvolvidos. O discurso tecnicista e propositalmente desprovido de crítica ao modelo político e econômico vigente aponta para a prevalência de uma estrutura de poder que foi predominante no modelo colonial e continuou no período da guerra fria, em que as chamadas potências internacionais determinaram as regras.

Apesar do esforço da ONU, criada para negociar e garantir a paz mundial, a sua representatividade era bastante limitada, além de ineficiente em face da soberania dos Estados, principalmente de alguns de seus membros fundadores, que foram protagonistas da guerra fria. Compreende-se que as Nações Unidas funcionam como um fórum e que suas deliberações são apenas recomendações que, diante do jogo de interesses, nem sempre são seguidas. A Carta das Nações Unidas apresenta um discurso que serviu de base para o grupo dos Não Alinhados que, na Conferência de Bandung, expressaram preocupação e disposição em contribuir com a paz internacional, mas tendo como propósito questionar e eliminar o colonialismo:

A Conferência concorda: a) em declarar que o colonialismo em todas as suas manifestações é um mal que deve ser eliminado rapidamente; b) ao afirmar que a submissão de povos ao subjugo, dominação e exploração estrangeiras constituem uma negação à Carta das Nações Unidas e é um impedimento para a promoção da paz e da cooperação mundial<sup>10</sup> (AACB, 1955, p. 5, tradução nossa).

---

<sup>10</sup> Do original: “The Conference is agreed: (a) in declaring that colonialism in all its manifestations is an evil which should speedily be brought to an end; (b) in affirming that the subjection of peoples to alien subjugation, domination and exploitation constitutes a denial of fundamental human rights, is contrary to the Charter of the United Nations and is an impediment to the promotion of world peace and co-operation.”

O movimento iniciado em Bandung tomou outras dimensões ao ser tratado na ONU, ainda que grande parte dos países organizadores da Conferência já tivesse ratificado a sua Carta e outros aderido à instituição no mesmo ano do evento, o que implica uma maior representatividade. Mas a instrumentalização da CSS foi uma continuidade da Cooperação Norte-Sul com algumas especificidades, podendo ser entendida também como uma adaptação às necessidades do Terceiro Mundo. O que foi proposto em Bandung teve bastante repercussão na agenda internacional, resultando no estabelecimento de programas e fóruns voltados para a questão do desenvolvimento das regiões empobrecidas, a exemplo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado em 1965. O PNUD surgiu da junção do Programa Expandido de Assistência Técnica das Nações Unidas e do Fundo Especial das Nações Unidas, instituídos em 1949 e 1958<sup>11</sup>, respectivamente, para atender demandas do pós-guerra.

Era evidente, portanto, a separação entre os dois mundos, dividido no período da Guerra Fria em três, quando o Terceiro Mundo ainda não tinha a conotação negativa disseminada posteriormente e as suas demandas eram fundamentadas principalmente na proposta de não alinhamento automático ao conflito entre capitalismo e socialismo. No contexto das relações internacionais, essas demandas foram legítimas, reivindicando autodeterminação dos povos e nações, questão fundamental para a Conferência de Bandung, embora reformas no modelo econômico também tenham sido tratadas, visando a relações mais justas e cooperativas.

À medida que a ONU foi se tornando o espaço para a discussão e formulação dos programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento, os problemas de ordem política que impactaram o Terceiro Mundo foram esvaziados, prevalecendo a preocupação com a padronização e a mensuração de procedimentos técnicos que viabilizam a troca das experiências, execução de atividades e o estabelecimento de parcerias entre as nações em desenvolvimento. Esse esvaziamento se deu porque estava em curso a disputa ideológica característica da guerra fria e que, apesar do discurso de responsabilização de atores locais pelo desenvolvimento do Sul, uma vez que os países do Norte estavam em crise, impactando diretamente no orçamento da Cooperação Norte-Sul, não foi permitida a autonomia política necessária, resultando em intervenções diversas, a exemplo dos golpes militares na América Latina com o apoio dos EUA (MILANI, 2014).

---

<sup>11</sup> Para mais detalhes sobre o tema, consultar: <https://www.undp.org/about-us>. Acesso em: 05 set 2021.

O BAPA representa o marco inicial do processo de institucionalização da Cooperação Sul-Sul, reconhecendo as transformações do mundo pós-guerra, o que “requer participação soberana e igualitária na condução das relações internacionais e a distribuição equitativa de benefícios<sup>12</sup>” (BAPA, 1978, p. 5, tradução nossa). Apesar de ressaltar a necessidade de ações mais efetivas nos países recém-independentes, o documento apresenta recomendações generalistas e procedimentais. De um modo geral, não condena o colonialismo, a maior causa do subdesenvolvimento e das condições de pobreza das nações do Sul. Apresenta como objetivo o fortalecimento das capacidades técnicas, científicas e comunicativas entre esses países a partir de um modelo já existente de desenvolvimento, mesmo que reconheça as especificidades e competências locais. O discurso do documento se pauta no aprofundamento de relações cooperativas entre os países, com vistas a alcançar autossuficiência, principalmente econômica, integrada ao sistema mundial capitalista.

Uma vez que a dinâmica institucional se torna extremamente relevante no contexto das relações bilaterais e multilaterais, as ações e projetos voltados para a troca de experiência no âmbito da Cooperação Sul-Sul tendem a seguir modelos. Nos programas de cooperação acadêmica, a realização de protocolos seguindo as orientações institucionais locais e internacionais é mais fácil, embora a concretização de intercâmbios nem sempre ocorra porque geralmente são celebrados documentos com base em intenções. Portanto, são cumpridos os critérios institucionais, a partir de modelos e convenções, mas a efetividade de muitos acordos de cooperação, baseada nas relações solidárias e sem condicionalidades, depende de ações mais específicas. Em alguns casos, resulta em projetos de grande impacto para uma área específica, depois de muitos anos de negociação, a exemplo da implantação de um mestrado em enfermagem a partir de negociações entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Agostinho Neto. Em outros, apenas são formalizados entendimentos para possíveis ações de interesse de determinados setores acadêmicos.

---

<sup>12</sup> Do original: “Demands sovereign and equal participation in the conduct of international relations and the equitable distribution of benefits”.



### **3 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA: O ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA DE COOPERAÇÃO**

O histórico de relações com Angola tem sua relevância, aqui, porque buscamos entender como as instituições universitárias dos dois países estabelecem vínculos de cooperação. A diplomacia brasileira com a África foi mais incisiva a partir dos anos 2000, tendo como principal agenciador o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora a construção desse vínculo político tenha tido início em 1975. Assim, nesta seção, será abordado o histórico de relações entre Brasil e Angola como resultado do processo colonial, buscando entender a atuação estratégica da diplomacia brasileira e sua continuidade no contexto da aproximação com a África Lusófona. Identifica-se uma intensificação dessa relação nos anos 2000, durante o governo de Lula, em que se registra o envolvimento de diversos atores nesse processo, especialmente do setor empresarial, resultando em maiores investimentos brasileiros em diversas áreas na Angola.

O cenário de mudanças no país africano, notadamente no processo de abertura da economia, alterou o sistema de Ensino Superior, possibilitando uma expansão, inclusive por meio do setor privado. No Brasil, uma alteração significativa também ocorreu, aumentando a oferta de vagas nas universidades e instituições particulares. Nesse sentido, observa-se uma perspectiva convergente entre os dois países em relação à importância da formação superior, favorecendo a criação de projetos de cooperação e trocas de experiências acadêmicas. É nesse contexto que se inserem iniciativas como a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, bem como a expansão de diversos projetos voltados ao intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África. Verificam-se um aumento do interesse pelos estudos africanos e uma ressignificação da cultura afro-brasileira, de modo que avanços ocorrem na área de políticas públicas destinadas à população negra, como o combate ao racismo e a condenação do preconceito às religiões de matriz africana.

O governo Lula (2003 -2010) projetou uma política externa mais voltada para o Sul, em detrimento de uma subserviência ao poder do Norte, liderado pelos Estados Unidos. Foram propagadas ideias de solidariedade e fortalecimento das relações com regiões em condições e com problemas semelhantes aos brasileiros. A África, assim como a América Latina e até a Ásia, foi espaço de construção de projetos e alianças que asseguravam a participação do Brasil,

a exemplo do BRICS<sup>13</sup>. Porém, o envolvimento mais efetivo com o continente africano simboliza um retorno da política africanista e anticolonial, que teve algum significado na década de 1960 e 70, da qual resultou o reconhecimento da Independência de Angola, em 1975.

### **3.1 Contexto histórico das relações Brasil-Angola**

A exploração colonial é questão fundamental para Angola e Brasil, uma vez que a aproximação entre os dois territórios é resultado desse modelo, embora não seja apenas isso que compõe a trajetória de vínculos entre os dois países. Em decorrência da dominação pela mesma potência colonial, desenvolveram-se atividades comerciais, diplomáticas e afetivas para além do transporte de pessoas para a escravização.

Pantoja (2003) apresenta uma multiplicidade de interações que, ao longo do processo colonial, permitiram construir uma interdependência entre as duas colônias, destacando como fato principal o envio, por parte do Brasil, de grupos armados para a reconquista de Luanda, em 1648, após a saída dos holandeses, ocasião em que foi derrotado o reino do Kongo. A expedição saiu do Rio de Janeiro, sendo composta de portugueses, “brasileiros” e indígenas. A administração colonial era realizada de forma intercambiada, de modo que governadores, magistrados e demais ocupantes de postos públicos passavam por Brasil e Angola, conforme a necessidade.

Alguns governadores realizavam como negócio paralelo o comércio de escravizados. O negócio em torno da escravização abriu portas para a comercialização de muitos outros produtos entre as duas colônias, segundo Lopes (2010). Conforme a autora, desenvolveram-se atividades comerciais legais e ilegais, houve influência das ideias políticas e era comum também o fluxo de degredados e de pessoas em busca de melhores condições de vida. A coroa portuguesa não conseguia controlar essa interação e, de início, não constituía um grande problema, uma vez que a colônia africana tinha como função ser apenas posto avançado de comercialização e terra para envio de condenados na metrópole.

A situação mudou após a independência do Brasil, quando Portugal percebeu a influência de ideias emancipatórias em Luanda. Conflitos e divisões marcaram a importância desse fato em Angola, pois houve o temor de anexação do território angolano ao Brasil e diversas investidas para que as atividades em curso não fossem afetadas. Mas, diante da perda de uma colônia, Portugal tratou de ocupar a então África Meridional Portuguesa, reprimindo

---

<sup>13</sup> Fórum de países em desenvolvimento composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

qualquer movimento influenciado pelas ideias de libertação (LOPES, 2010). Por outro lado, a presença inglesa alterou o fluxo de trocas comerciais no Atlântico Sul, impondo condições ao império português, que já estava em decadência e por isso aceitou a independência do Brasil. Segundo Pantoja (2003), são esses os eventos que findaram os vínculos entre terras brasileiras e angolanas construídos ao longo de duzentos anos.

A simbologia desse histórico de relações permaneceu no imaginário brasileiro, sendo resgatada com o reconhecimento da independência angolana, em 1975, o que foi resultante de uma trajetória diplomática consolidada no Brasil, que teve início com a gestão do Barão do Rio Branco<sup>14</sup>. Ainda que os laços políticos e econômicos entre Brasil e Angola tenham sido sufocados, uma vez que Portugal intensificou o processo de exploração colonial na África, a influência cultural teve continuidade. No período anterior à independência, era recorrente o consumo de produtos artísticos brasileiros pela elite angolana, conforme relata Santil (2006). Nas cidades angolanas de Luanda e Huambo, esta conhecida na década de 1940 como Nova Lisboa, estavam presentes a música brasileira, o teatro, o futebol e a literatura, que chegavam à colônia a partir de Portugal e, portanto, eram acessíveis a uma burguesia ligada ao poder colonial. Segunda a autora, o Brasil representava um exemplo de progresso, pelo menos para uma certa elite, já que havia se tornado independente. Por outro lado, havia uma certa ambiguidade nesse modelo a ser seguido, considerando que muitos dos acontecimentos que ligaram os dois países tiveram como propósito a reprodução das ideias coloniais e a própria independência brasileira não tinha um caráter revolucionário, como foi o caso do Haiti. Portanto, ao longo da construção da nação angolana, houve também a rejeição ao lusotropicalismo e à brasilidade.

A presença da África no Brasil vai além da herança cultural e histórica. A questão da ancestralidade é inegável para a maioria dos brasileiros, mas a aceitação como parte de um fluxo de interações reconhecidamente humanas é bastante complexa. A colonização produziu esse fluxo por meio da escravização, transformando pessoas em mercadorias, um sistema que demorou séculos para ser contestado e ainda não foi completamente eliminado. Muitos discursos políticos exploram essa realidade, dando visibilidade às reivindicações de grupos que

---

<sup>14</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, inaugurou uma proposta de política externa brasileira que alinhava interesses nacionais e negociações diplomáticas que contribuíram para a consolidação das fronteiras do país. Seu prestígio e potencial para resolver essas questões foram decisivos para o seu reconhecimento como profissional da carreira diplomática, sendo mantido chefe dessa área por quatro presidentes, no período de 1902 a 1912, desenvolvendo “uma administração que se tornou um divisor de águas na história das relações internacionais do Brasil” (BUENO, 2012, p. 171). Portanto, questões estratégicas na diplomacia brasileira historicamente têm prevalecido em detrimento de posicionamento ideológico, o que explica o reconhecimento do governo do MPLA durante a Ditadura Militar no Brasil.

muito lentamente acessaram os espaços de poder, onde há uma ideia de “escravidão” negra, que, assim como a indígena, é reproduzida de forma romantizada e apenas como um problema do passado. A visão que mais avançou nessa desconstrução de uma África pobre, explorada e que contribuiu com o Brasil através da mão de obra, costumes e práticas culturais, foi aquela que adotou a proposta do pagamento de uma dívida histórica. Foi com esse discurso que o governo do ex-presidente Lula (2003-2010) buscou refazer as relações Brasil-África, destacando o pedido de perdão pela escravização, na ocasião da cerimônia de entrega de título de Doutor Honoris Causa, na Unilab:

[...] quando visitei o Senegal, em 2005 – uma das muitas viagens que fiz à África em meu governo – fiz questão de conhecer a ilha de Goré, porto de onde partiram milhões de escravos para a América. Ao longo de três séculos, aqueles homens e mulheres arrancados de sua terra, e depois seus descendentes, deitaram suor e sangue sobre o solo em que hoje vivemos. As marcas da escravidão ainda cobrem o continente africano, como cicatrizes da História, e até mesmo como feridas abertas em determinadas regiões. São as marcas da fome, da desigualdade, da injustiça, da exploração econômica e das guerras que opõem irmãos. [...] Não há reparação suficiente para o sofrimento e a brutalidade a que tantos povos foram submetidos no passado. **Mas é nosso dever – histórico, moral e político – superar os desafios do presente e semear uma vida melhor para as próximas gerações [...]** (LULA, 2013, informação verbal, grifo nosso).

A perspectiva de uma África, e também do Brasil, marcada pela exploração colonial se refletiu na adoção das políticas afirmativas, de modo que se efetivou na criação de diversos instrumentos e espaços que simbolizam uma nova etapa dessas relações, como a criação da Unilab. O campo educacional é representativo dessa política, tendo como um grande expoente o Programa Estudantes Convênio - PEC-G, criado em 1965, sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores, que disponibiliza oportunidades de estudos para estrangeiros no Brasil<sup>15</sup>. É bastante significativo o número de estudantes africanos alcançados pelo programa, porém não se observam possibilidades para brasileiros estudarem em universidades africanas. As políticas de cooperação no ensino superior, portanto, não têm reciprocidade, pois a África ainda é vista como um continente com pouco a oferecer em termos de conhecimento acadêmico e isso se reflete nos acordos e protocolos institucionais, objetos deste trabalho. A generalidade dos documentos em questão aponta para a prevalência das universidades brasileiras.

O tema África, como referência de herança étnico-cultural brasileira, sempre esteve presente nas plataformas políticas, de acordo com Gala (2007), sendo mais recorrente nas campanhas eleitorais após a abertura democrática. De acordo com a autora, as propostas eram

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/oportunidades-de-estudo-para-estrangeiros>. Acesso em: 07 mar. 2022.

sempre muito generalistas e pouco se diferenciavam, inclusive as de Lula nas décadas de 1980 e 90. A mudança ocorreu após a inserção do componente racial, de modo que as questões de desigualdade social no Brasil foram discutidas levando em conta o racismo estrutural<sup>16</sup>, sepultando definitivamente a ideia de democracia racial. A luta do movimento negro foi imprescindível nesse contexto, influenciando a política externa para a África. Portanto, a comunidade afrodescendente foi responsável pela construção do chamado eixo etnoracial das relações com a África, trazendo uma característica inovadora para a política externa brasileira. Apesar dessa transformação, que possibilitou superar a percepção da África somente por uma perspectiva antropológica,

[...] a política africana do Governo Lula deixou de alcançar os objetivos pretendidos, na medida em que não se desenvolveu uma agenda específica capaz de responder plenamente à expectativa de que as relações com a África poderiam ser utilizadas a fim de promover, no Brasil, a igualdade racial e a luta contra o racismo (GALA, 2007, p. 177).

Essa compreensão da autora se fundamentou no primeiro mandato do ex-presidente Lula, mas a questão antirracista seguiu com suas limitações, embora alguns resultados já possam ser computados em decorrência da implementação da Lei de Cotas e da inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Como afirma Ribeiro (2021, p. 167), os “avanços estão em curso, mas existem muitas fragilidades na construção das políticas de igualdade racial e das relações Brasil-África”. A persistência dos movimentos tem sido fundamental na pressão por políticas públicas e ações mais concretas, mas esse resultado também está sujeito às alterações nos espaços de poder. Ressalta-se que a história não segue uma linearidade, considerando a alternância de governos, própria do sistema democrático, o que pode implicar descontinuidades dos avanços alcançados, ou, ainda, tentativas de retroceder nas políticas e práticas em curso, a exemplo da nomeação do negacionista do racismo, Sérgio Camargo (2020-2022), para presidir a Fundação Palmares<sup>17</sup> na gestão do governo Bolsonaro. Convém registrar que dessa agenda faz parte um discurso de desqualificação e uso abusivo de

---

<sup>16</sup> Reprodução do modelo de discriminação social, política e econômica baseado na classificação racial, em que o resultado é a manutenção de indivíduos, descendentes de grupos historicamente desumanizados e explorados, em situação de marginalidade e exclusão. Nesse sistema, diversas esferas, inclusive as instituições de Estado, contribuem para a separação dos indivíduos conforme a sua origem racial, de modo que a ocupação, somente por pessoas brancas, de espaços de poder, seja considerada uma situação natural e inquestionável (ALMEIDA, 2019).

<sup>17</sup> Instituição pública, vinculada ao Ministério do Turismo, destinada à “promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=95](https://www.palmares.gov.br/?page_id=95). Acesso em: 12 fev. 2022.

termos ofensivos como estratégia para a desconstrução da política de inclusão social e combate ao racismo.

O viés adotado por esse governo reflete nas relações políticas e econômicas com a África, uma vez que as desigualdades internas decorrentes de práticas racistas, não reconhecidas e, portanto, não combatidas, reproduzem-se na atuação externa do país. Nesse sentido, os diversos setores que atuam em ações e negociações com o continente africano não têm a preocupação de incorporar os segmentos negros da sociedade brasileira. Apesar da falta de perspectiva e novas iniciativas de cooperação por parte do governo em curso, verifica-se ainda o papel do Itamaraty na tentativa de manter ações e projetos que já fazem parte da agenda, a exemplo da discussão sobre a segurança alimentar, tema de grande preocupação tanto em países da África quanto no Brasil (NADIR *et al.*, 2021).

É consensual entre os intelectuais a ideia de que o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foi o que mais avançou em termos de inserção do Brasil no continente africano, quando abriu novas embaixadas e atuou diretamente em negociações diplomáticas. Alencastro (2021) afirma que não houve outro presidente tão popular no continente africano, e, mesmo após o fim do seu mandato (2003-2011), manteve atividades nesse continente, através do Instituto Lula. A participação de Lula nas negociações entre grandes empresas e governos africanos foi bastante significativa, favorecendo o crescimento delas. Nas palavras do autor:

O presidente brasileiro esteve presente em todas as negociações das maiores corporações brasileiras no continente. Em Moçambique, Lula, numa aliança com o corpo diplomático brasileiro, decisivamente ajudou a Vale a assegurar a lucrativa concessão da mineração de carvão na província de Teta. Lula foi também personalidade envolvida nos investimentos da Andrade Gutierrez na Tanzânia e na tentativa da Vale de assegurar o controle da competitiva, porém controversa, mina de bauxita em Conacri, Guiné (ALENCASTRO, 2021, p. 56, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Nessas condições, a chegada de Lula ao poder (2003-2010) modificou profundamente a condução de negócios internacionais e principalmente a relação estado-empresas, especificamente com a Odebrecht, que passou a ser condutora da política externa africana. Seu modo de atuar na África abriu caminho para outras empresas no continente, com o intermédio da Diplomacia Presidencial. Além desse apoio institucional, Lula também

---

<sup>18</sup> Do original: “The Brazilian president was present in every negotiations of major Brazilian corporations in the continent. In Mozambique, Lula, in alliance with the Brazilian diplomatic body, decisively helped Vale secure the lucrative coal mining concession in Tete province. Lula was also personally involved in the investment of Andrade Gutierrez in Tanzania and in the attempt of Vale to secure the control of a competitive yet controversial bauxite mine in Conakry, Guinea.”

reformulou questões burocráticas que permitiram financiamentos públicos para obras de infraestrutura no exterior. A maior beneficiária dessas mudanças, inclusive na forma de concessão de empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, foi a Odebrecht, que detinha o maior número de contratos com o governo angolano e que executou todo tipo de obra no país africano, como construção de casas populares e reforma de estradas. A especificidade da Odebrecht em relação às outras multinacionais foi a sua “obsessão” em manter aliados no poder, desenvolvendo amplos projetos, realizados por décadas para que, assim, a parceria se tornasse sólida e permanente. Num cenário de instabilidade como era o de Angola, a Odebrecht representava uma espécie de paraestatal, disposta a servir a qualquer tipo de governo (ALENCASTRO, 2021).

A presença brasileira em Angola tomou proporções excepcionais devido a essa intervenção do setor privado, atravessando a fronteira que tradicionalmente era mantida pelo Itamaraty, cuja agenda econômica envolvendo grandes corporações não tinha tanta força. O governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, associado a essa agenda, impactou diretamente o governo do MPLA, que buscou executar programas de governo semelhantes aos do Brasil. Essa transformação no modelo da política externa brasileira propiciou um significativo número de análises, concordantes e também críticas, das quais cabe destacar aqui a do Embaixador Rubens Ricupero. Na sua visão, a diplomacia presidencial do ex-presidente Lula foi excessivamente “personalista e intransferível”, embora reconheça os avanços que tornaram o Brasil um importante ator global. O carisma e a história pessoal de Lula são características que influenciaram nas negociações internacionais, tendo como símbolo da sua projeção pessoal os programas de combate à fome e à miséria e a contestação à ordem mundial protagonizada pelas grandes potências, principalmente os Estados Unidos. Ressalta, porém, que o protagonismo exercido pelo Brasil naquele período não necessariamente alterou a ordem vigente, de modo que permitisse maior participação nas grandes questões internacionais:

Examinada, contudo, pelo critério rigoroso dos problemas resolvidos ou dos ganhos concretizados, o balanço é indeciso, pois o prestígio não foi suficiente para realizar as aspirações brasileiras em relação ao Conselho de Segurança ou nas negociações da OMC. Tampouco logrou contribuir para pacificar as relações entre vizinhos sul-americanos, reforçar a convergência, não a divergência adicional em matéria de valores e práticas democráticas, superar os atritos comerciais recorrentes com a Argentina, revitalizar o Mercosul, celebrar acordos comerciais para neutralizar a falta de preferências no continente e no mundo, em outras palavras, para produzir resultados concretos e tangíveis (RICUPERO, 2010, pp. 57-58).

Apesar dessa avaliação, o autor reconhece os ganhos internos da política de combate à pobreza e de inclusão social, que se refletiu no Ensino Superior, uma vez que

estabeleceu meios de acesso para os mais pobres. Os Programas de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e Universidade para Todos - PROUNI, além da reformulação dos critérios de financiamentos estudantis tornaram possíveis a descentralização e a inclusão de camadas da sociedade brasileira que tradicionalmente não dispunham de oportunidade para conquistar diploma universitário.

### **3.2 O Ensino Superior em Angola e no Brasil: entre avanços e retrocessos**

A convergência entre os dois países para as mudanças na condução da educação superior foi pautada no discurso da democratização da Universidade. Em contraposição às recomendações do Banco Mundial, imperantes na década de 1990, para a redução de investimentos públicos nas universidades dos países em desenvolvimento, nos anos 2000 a visão predominante foi de expansão do Ensino Superior público, embora o setor privado tenha crescido significativamente. Ressalta-se que a influência da mudança de posição no sistema ONU influenciou a decisão de alargar investimentos nessa área, mas a orientação do governo, especialmente no caso do Brasil, que, pela primeira vez, elegeu um presidente oriundo do meio popular, foi fundamental para a implantação de programas de inclusão social, tornando a educação superior mais acessível. Na década de 1990, o problema do elitismo das universidades de países em desenvolvimento já era contestado, motivando a orientação do Banco Mundial para o desinvestimento do Estado em favor da maior participação do setor privado. Na perspectiva do neoliberalismo e considerando estudos realizados na América Latina, Ásia e África, a instituição formulou a ideia de que o Ensino Superior não alcançaria êxito sem a reforma, que deveria seguir os seguintes princípios:

Fomentar maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; Redefinir a função do governo no ensino superior; Adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade<sup>19</sup> (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 04, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> Do original: “Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas; Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior; Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad”.



Foram essas as condições dadas para que a desigualdade e a falta de qualidade fossem superadas. O documento com as recomendações traz como “bom exemplo” o caso de Gana em que, diante da crise financeira, o Estado retirou os subsídios de apoio à alimentação e estadia para estudantes. Além de compreender que o aumento da procura representa a perda da qualidade, a instituição tem como parâmetro modelos implementados em países desenvolvidos, onde o setor privado e outros segmentos da sociedade se responsabilizam pela formação superior. Portanto, o que foi proposto como justiça social, na realidade dos países em desenvolvimento, implicaria restrição e maior exclusão

O Banco Mundial reviu essa postura e, no ano 2000, publicou um novo documento em que se coloca a favor da educação superior nos países em desenvolvimento, mas seguindo a sua tradicional orientação neoliberal. A proposta apresentada passou a defender a ideia de equilíbrio entre os níveis de educação, para que esses países estejam preparados para fazer parte da “economia do conhecimento” e tenham condições de atender às necessidades do mercado internacional, com mão de obra qualificada e adaptada às tecnologias e flexibilidades exigidas. As recomendações seguem os padrões anteriormente propostos, enfatizando a importância da parceria público-privado, a avaliação dos resultados e a participação mais incisiva do setor produtivo. Acrescenta-se, no documento, a necessidade de promover meios para maior inserção de grupos sociais excluídos. Ao analisar o impacto das recomendações do BM na política de expansão do Ensino Superior do ex-presidente Lula, Mota (2019) relata que a instituição, a partir do ano 2000, se tornou

[...] um dos centros produtores mais importantes de ideias, estratégias e valores relacionados à educação, mas com uma modulação no seu discurso, agora mais ponderado e articulado com a globalização da economia. [...] Do ponto de vista teórico, o Banco promove as ideias de “sociedade do conhecimento” ou “economia do conhecimento”, buscando ampliar a relação do tema da educação com o do desenvolvimento econômico, agora situado globalmente (MOTA, 2019, 220-21).

De fato, as ideias propostas foram muito influentes nos programas de remodelação da educação superior dos países em desenvolvimento. A orientação de promover e não mais ignorar, ou deixar para um segundo plano, proporcionou uma mudança significativa em termos numéricos. O Brasil, em 2000, registrou 2.694.245 matriculados em cursos de graduação presencial. Esse número aumentou para 6.379.299 em 2010<sup>20</sup>, aumento proporcionado não apenas pelo investimento em instituições públicas, o que foi muito difundido pelo marketing

---

<sup>20</sup> Dados do INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 23 fev. 2022.

político do governo petista, quando houve a criação de novas universidades públicas, mas principalmente pela expansão da rede privada de Ensino Superior. Considerando os números citados, quase 80% das matrículas computadas em 2010 são em instituições particulares.

Seguindo as orientações do sistema ONU, o Brasil adotou uma série de medidas que proporcionou a execução de programas de grande impacto no sistema de Ensino Superior. Dentre os mais importantes estão a expansão do FIES, o PROUNI e o REUNI. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES foi criado em 2001, através da Lei nº 10.260, vinculado ao Ministério da Educação e alterado em 2010, facilitando o acesso aos cursos de licenciaturas e medicina, esta destinada à atuação em programas de saúde da família. O número de contratos também aumentou progressivamente de 2010 a 2015 (FNDE, 2020). Após esse período, uma mudança foi implantada, aumentando a taxa de juros sob o argumento de garantir a sustentabilidade do Fundo.

O REUNI foi um grande marco nesse processo, uma vez que criou novas instituições no interior do País e aumentou o número de vagas. Nas suas diretrizes, estabelecidas pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de abril de 2007, estão previstas a redução da evasão, a reformulação das metodologias de ensino e dos cursos de graduação, programas de mobilidade acadêmica, além de inclusão social e assistência estudantil. A implementação do Programa, de adesão voluntária por parte das Universidades existentes, não se deu de forma pacífica, havendo protestos de movimentos estudantis, inclusive com ocupação de reitorias e críticas diversas de alguns segmentos da comunidade universitária. Ristoff (2019) relata que o argumento desses grupos se baseia no mito de que a maior quantidade, ou seja, um grande número de pessoas no Ensino Superior, é avessa à qualidade. Trata-se de uma visão que preserva a exclusão. Para o autor,

[...] o problema da [baixa] qualidade, embora merecedor de atenção, é sempre menos grave do que o da exclusão. Por isso mesmo, o apavoramento brasileiro com a qualidade por causa da inclusão e da expansão não deve se constituir em justificativa para que se criem empecilhos para que esta importante política educacional e social logre êxito (RISTOFF, 2019, p. 20).

O autor defende que a melhoria da qualidade é um processo contínuo e, portanto, deve passar por avaliação. Apesar de o estado brasileiro ter bons instrumentos de avaliação, entende que precisam ser aperfeiçoados. Em relação aos argumentos contra o processo de expansão, o autor acrescenta que foram “mitos” advindos do elitismo e da falta de preocupação com o desenvolvimento nacional, pois o Ensino Superior, especialmente os cursos de Medicina e Direito, sempre foram inacessíveis à população pobre, negra e pertencente às comunidades

tradicionais. Dentre essas ideias preconceituosas, destacam-se a redução da valorização de algumas profissões, uma vez que muitos indivíduos passariam a ter diploma; a elevação do desemprego; uma formação superior desnecessária, pois a principal função da universidade é profissionalizar; e redução da qualidade do ensino, devido à necessidade de adequação dos padrões universitários tradicionais às condições de vida de estudantes trabalhadores e com formação básica deficiente (RISTOFF, 2019). Essa visão constitui um interdiscurso com o programa do Banco Mundial e se tornou hegemônica, mantendo as classes populares sem acesso à formação acadêmica.

O elitismo universitário ainda não é uma questão superada, principalmente nos cursos de Medicina, mas as políticas inclusivas trouxeram um avanço considerável. O Sistema de Seleção Unificado - SISU, juntamente com a política de cotas, possibilitou oportunidades que o tradicional Vestibular jamais permitiria. O PROUNI, criticado por injetar recursos públicos nas instituições privadas, foi também o grande responsável pelo atendimento da demanda por formação de nível superior. Instituído pela Lei nº 11.096, de janeiro de 2005, o programa prevê a concessão de bolsa de estudos, integral ou parcial, a estudantes com insuficiência de recursos financeiros. Entre 2005 e 2010, foram concedidas mais de 750 mil bolsas (FNDE, 2020).

Em Angola, a reestruturação do ensino superior tem como instrumento marcante o decreto nº 07, de 12 de maio de 2009, do Conselho de Ministros, que estabelece a reorganização das instituições públicas, cria novas e redimensiona a Universidade Agostinho Neto. Essa reforma teve como objetivo a expansão, ou redistribuição pelo território angolano, uma vez que a universidade esteve concentrada na capital, desde a sua criação. Nesse sentido, foram criadas 07 regiões acadêmicas, contemplando todas as províncias do país, de modo que a UAN continuou atendendo Luanda e mais uma província, e, nas demais regiões, foram instaladas novas universidades e Institutos Superiores. Essa expansão contribuiu para o aumento de matrículas e mais diplomados no país, como era meta prevista no documento *Linhas mestras para melhoria do subsistema da educação superior*, em que se afirma a necessidade de multiplicar o número de ingressantes no ensino superior “para se estar ao nível de um país em desenvolvimento melhor posicionado nesta matéria” (ANGOLA, 2005).

Além do crescimento numérico na rede pública e também no sistema privado, Correia Filho *et al.* (2020) afirmam que se reduziu a procura por cursos superiores fora do país e que a pós-graduação recebeu mais apoio. Os mesmos autores admitem, porém, que a qualidade continua comprometida, enumerando os seguintes problemas:

[...] falta de prioridade em termos de abertura de cursos, pouca oferta de cursos na área de ciências e engenharia, um número substancial de professores colaboradores e com grau de licenciados sem experiência pedagógica, infraestruturas adaptadas para o funcionamento de instituições de Ensino Superior, diminuição da qualidade do perfil de entrada dos candidatos ao ingresso no subsistema do Ensino Superior, defeituoso apetrechamento e funcionamento das bibliotecas, existências de poucos laboratórios, excessiva carga horária dos docentes, fomentando a turbo-docência, pouca produção científica, entre outras (CORREIA FILHO *et al.*, 2020, p. 262).

A esse conjunto de deficiências acrescenta-se a questão da falta de autonomia universitária, que, na visão de Liberato (2019), é alcançada pelas reformas democráticas, ou seja, deve envolver todos os setores da sociedade, o que não ocorreu nas diversas fases de reestruturação da educação superior angolana. As decisões tomadas pelo poder político foram implementadas sem a devida participação da comunidade acadêmica, segundo a autora, estando sempre a serviço de interesses políticos. De um modo geral, o Ensino Superior evoluiu em termos numéricos, mas não necessariamente aliado ao contexto local e com oferta de formação compatível com os padrões internacionais. Canga e Buza (2015, p. 86) fazem essa reflexão discutindo conceito de qualidade associado ao modelo imposto pela globalização, entendida como um “processo de integração, envolvendo povos e nações, culturas e tradições, religiões e crenças, economias, mercados, moedas, aspectos sociais e políticos ao ponto de colocar em análise o próprio conceito de soberania”. Nessa perspectiva, os autores compreendem que as instituições angolanas, se comparadas às universidades consolidadas em outros países, têm dois aspectos questionáveis da sua qualidade: as condições de infraestrutura e a formação de recursos humanos, especialmente o corpo docente. Considerando o contexto da globalização, a cooperação e o intercâmbio podem representar um caminho para superar esses problemas, acreditam os mesmos autores, mas as propostas de integração internacional ao sistema de ensino superior nem sempre consideram os aspectos locais.

A expansão do ensino superior no Brasil e em Angola aconteceu na mesma década, sendo motivada por condições econômicas favoráveis e uma visão política que considera a área fundamental para o desenvolvimento, uma vez que produz mão de obra qualificada. O investimento tanto nas instituições públicas quanto privadas diversificou a oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação e também proporcionou a internacionalização, o que passou a fazer parte do plano de reestruturação das universidades brasileiras. É nesse contexto que os acordos de cooperação adquirem um padrão e a sua formalização se torna mais prática.

O mercado de Instituições de Ensino Superior cresceu bastante nos dois países a partir da década de 1990. Em Angola foi proporcionado pela abertura econômica de orientação neoliberal, após o fim da União Soviética, quando o país se aproximou dos Estados Unidos e

passou a integrar o Fundo Monetário Internacional - FMI. Goulart Filho e Chimbulo (2014) atestam que as condições impostas por esse modelo não se adequaram às especificidades internas de Angola, contribuindo para a recessão econômica do país. A partir do ano 2000, o governo voltou a praticar uma política econômica intervencionista, alcançando resultados mais favoráveis. Ressaltam ainda que o fim da guerra civil, em 2002, e a riqueza petrolífera contribuíram para a estabilização do país, que consolidou a sua soberania. Dessa forma, foi possível investir em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento, o que implicou reformas na educação.

No Brasil, todos os programas de investimento no Ensino Superior tiveram impacto social, propagando um ideal de acessibilidade e inclusão por meio da interiorização das instituições federais, eliminando a barreira da distância e da concorrência desproporcional. Por outro lado, a política de democratização despertou preconceitos que, mesmo sem fundamentos, mantêm-se no imaginário popular de muitos brasileiros, que confundem a dificuldade de acesso e a rigidez dos processos seletivos, no modelo do vestibular, com alta qualidade e, portanto, maior reconhecimento. Também tem sido crescente a corrente de desvalorização das áreas de Ciências Humanas e a defesa de formação mais tecnicista e desvinculada do pensamento crítico e humanístico. Nesse contexto, as universidades brasileiras, a partir de 2016, enfrentaram redução de verbas e, desde então, tem sido crescente a pressão para que busquem recursos da iniciativa privada e se tornem cada vez mais independentes financeiramente do Estado. O impacto do desinvestimento estatal em educação superior também foi sentido nos programas de acesso por meio da rede privada, reduzindo drasticamente a concessão de financiamentos. Dados do INEP<sup>21</sup> mostram que, no ano de 2015, foram celebrados 267 mil contratos e, em 2020, apenas 32 mil.

Das iniciativas expansionistas, a UNILAB e a UNILA são as mais expressivas da ideia de internacionalização do Ensino Superior, na perspectiva regional, tendo como propósito resgatar e fortalecer raízes históricas do Brasil. Essas universidades proporcionam um intercâmbio cultural que as demais instituições não oferecem, devido à sua própria natureza. Apesar da riqueza de experiências acadêmicas, as universidades de integração internacional enfrentam adversidades que têm comprometido a própria consolidação. A UNILAB levou 10 anos para aprovar o seu Estatuto e, desde a sua fundação, muitas alterações foram realizadas no seu projeto original.

---

<sup>21</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/mantenedora\\_ies/financiamentos-concedidos](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/mantenedora_ies/financiamentos-concedidos). Acesso em: 28 fev. 2022

### 3.3 UNILAB: em que se diferencia das outras instituições acadêmicas?

Criada em 2010 como Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, com sede em Redenção/CE, a UNILAB é resultado de interesses já manifestados na Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP no início dos anos 2000, quando se discutiam as bases para a criação de um espaço para cooperação e intercâmbio em nível de graduação e pós-graduação. Em 2004, ficou definida a formação, no prazo de seis meses, do grupo de trabalho que daria seguimento aos compromissos formalizados em encontro, realizado em Fortaleza, de Ministros da Educação dos países membros da CPLP. O documento oficial do encontro apresenta, dentre outras, a seguinte proposta:

[...] renovar o apoio à cooperação no domínio do ensino superior e construir, nos próximos dez anos, um Espaço de Ensino Superior da CPLP, indicando como prioridades:

1. O estímulo à qualidade das formações oferecidas no âmbito da CPLP e ao reconhecimento mútuo e internacional;
2. A promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos;
3. A cooperação no domínio da estrutura das formações superiores;
4. O incentivo à participação das instituições da CPLP em programas relevantes de outras comunidades de países (CPLP, 2014, p. 01).

A princípio, não está especificado que esse espaço seria propriamente uma universidade, mas é fato que o Brasil tomou a frente. A sua criação foi anunciada no mesmo período de debate e aprovação do Acordo Ortográfico - AO, objeto de crítica por parte de muitos portugueses, posto que a gramática vigente em Portugal passaria por mais alterações que a brasileira. A sua aprovação pelo Parlamento “significava que Portugal cedia aos interesses brasileiros<sup>22</sup>”. Nessa perspectiva, estava em curso a política de internacionalização da língua portuguesa que, na visão do escritor Graça Moura, deveria ter um empenho maior do governo de Portugal. Sendo um grande opositor ao AO, ironiza a ação governamental, além de menosprezar a legitimidade do Brasil, no processo de promoção e difusão da língua:

O mais intrigante de tudo é que está a ser desenvolvida desde há anos uma política para a língua portuguesa no mundo. [...] estratégias de promoção da língua, da cultura portuguesa e das culturas em língua portuguesa, por Portugal enquanto Estado membro da UE; [...] promoção da língua e cultura portuguesas por Portugal em correlação com os seus próprios interesses sociopolíticos, apostando na promoção do ensino no Magrebe, na China e na Índia, nos países da Organização dos Estados Ibero-Americanos, nos EUA e no Canadá. [...]. Então o Governo português vai atrever-se a

---

<sup>22</sup>Disponível

[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080516\\_portugues\\_reforma\\_jair\\_pu](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080516_portugues_reforma_jair_pu). Acesso em: 02 fev. 2022.

mandar todo este trabalho para o lixo? Ó Luís Figo, vá lá, faça sinal a esta gente de que assim ainda perde de vez o campeonato (MOURA, 2008, on-line).

O Brasil é visto como um concorrente nesse processo, pois, a sua importância numérica de falantes da língua portuguesa e, portanto, o peso econômico e sua influência na África têm contribuído para a difusão da variante do português brasileiro. A posição do escritor sinaliza para uma visão hegemônica, em que defende a preponderância da antiga metrópole, especialmente na África, quando questiona a disposição de Portugal em deixar que o Brasil conduza a política de promoção da língua portuguesa naquele continente (GRAYLEY, 2014).

A UNILAB se concretiza como resultado de uma política de protagonismo brasileiro na proposta de cooperação e fortalecimento da comunidade de língua portuguesa, o que não deve representar, necessariamente, uma disputa com o país europeu, uma vez que o mesmo figura na lista de países parceiros. Ressalta-se que foram assinados acordos de cooperação entre a Unilab e universidades portuguesas, cujo resultado foi o envio de alguns estudantes para intercâmbio em Portugal, seguindo a tradição do modelo hierarquizado de ciência, em que a Europa teoricamente concentra os melhores destinos para estudos.

Conforme dados disponibilizados pelo setor de registro acadêmico, a Unilab contava com 5 mil alunos em cursos de graduação presencial, em 2020<sup>23</sup>, número almejado no seu projeto inicial, que também previa a metade desses estudantes oriundos dos seus países parceiros, especialmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP. Esse número, no entanto, é de apenas 25%. A realidade não permitiu a execução das metas e as gestões que sucederam a de Paulo Speller (2010-2013) aplicaram diversas reformas no projeto original, numa tentativa de tornar a instituição mais adaptada ao sistema brasileiro de formação e administração pública. Nas Diretrizes Gerais estavam previstas formação com dupla titulação, em que os estudantes estrangeiros poderiam finalizar o curso em universidades do país de origem e realizar estágio com acompanhamento da UNILAB e dos governos locais. Planejava-se ainda que o corpo docente poderia ser até metade composta de professores estrangeiros (UNILAB, 2010).

Para que esse programa fosse concretizado, seria necessário que, além do planejamento e diálogo mais aprofundado com organizações e governos desses países, houvesse um corpo técnico capacitado e, se não familiarizado, pelo menos disposto a adotar uma visão mais africanista. A UNILAB dispõe de pessoal técnico-administrativo altamente qualificado, em sua maioria com diploma de graduação e pós-graduação, inclusive doutorado. Entretanto,

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://unilab.edu.br/dadosquantitativos/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

são indivíduos treinados para concursos públicos de instituições brasileiras comuns, onde imperam leis e regras habitualmente aplicadas a um público nacional. São selecionados por bancas que geralmente utilizam conteúdos padronizados relativos à legislação e administração pública brasileiras e áreas técnicas específicas. Ademais, a formação em tradicionais universidades brasileiras contribui para uma postura de distanciamento, refletindo na realização de tarefas administrativas cotidianas da instituição e principalmente nas relações pessoais, nas quais a cultura exerce forte influência. Esses fatores produziram situações complexas e totalmente incompatíveis com a proposta de universidade internacional a ser implantada numa região com pouca infraestrutura e, portanto, dependente de muito esforço dos seus funcionários, diferentemente de órgãos já estabelecidos. Essa realidade era algo completamente alheia ao universo de muitos servidores públicos que almejavam uma estabilidade financeira e condições de trabalho e moradia confortáveis, restando-lhes como opção buscar transferência para a capital Fortaleza ou tentar novos concursos.

Registra-se também a expectativa de transformação da UNILAB em *Campus* avançado da Universidade Federal do estado em que se localiza, uma proposta que chegou a ser abertamente defendida para o *Campus* dos Malês, localizado em São Francisco do Conde/BA. Sob o argumento de que as condições de manutenção de *campi* em estados diferentes eram inviáveis, a ideia era anexar aquele *campus* à Universidade Federal da Bahia (FERNANDES et al., 2018).

A resistência ao projeto, decorrente não apenas da falta de conhecimento, mas principalmente da conservação de valores que se traduzem em atitudes racistas e xenófobas, tem tensionado o seu processo de implantação. É comum o relato de estudantes africanos que já sofreram algum tipo de discriminação em sala de aula, em estabelecimentos comerciais, em eventos e nos espaços da UNILAB, de modo geral. Alguns desses testemunhos foram explicitados em Té *et al.* (2021), em que os autores questionam também a dificuldade dos brasileiros em reconhecer que são racistas, o que se evidencia na postura dos próprios docentes da Unilab, tanto em relação aos estudantes quanto aos professores de origem africana, que poucas participações tiveram na gestão.

A sua estrutura organizacional é fortemente baseada no modelo de administração pública nacional, o que desperta um sentimento de autoridade frente às demandas da comunidade estrangeira, sob o argumento de que a Universidade é sustentada com recursos públicos federais e está localizada em território brasileiro, razão pela qual estrangeiros devem se submeter às regras do Brasil. Nesse sentido, a proposta de cooperação solidária perde o sentido, principalmente porque a sua construção e implementação tornam-se unilaterais. Como



contraponto, a comunidade acadêmica brasileira questiona a contrapartida dos países parceiros, especialmente em relação ao apoio dos governos africanos aos seus estudantes.

São diversos os problemas a serem resolvidos, o que requer um amplo esforço coletivo da comunidade unilabiana, tendo em vista que o projeto foi concretizado em pouco tempo, impossibilitando planejamento adequado, sendo resultado de uma forte movimentação política aliada às pressões de movimentos negros, do empenho da gestão do governo do PT e de seus aliados para criar uma política de Estado e das novas orientações internacionais para o Ensino Superior nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, a Unilab é utilizada como equipamento de propaganda política dos governos petistas no ambiente nacional e internacional, como ressalta Malomalo (2018). Na sua concepção, embora tenha sido posto em prática, o seu programa foi submetido aos interesses político-partidários que têm como objetivo a manutenção do poder, ou seja, a execução das políticas públicas está condicionada aos interesses eleitorais.

A inauguração da UNILAB, no Ceará, contou com a presença do então Governador do Estado, Cid Gomes, e do Ministro da Educação, Fernando Haddad. Já o *Campus* localizado na Bahia teve a participação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A implantação da nova universidade teve uma grande repercussão na mídia local. No entanto, para assegurar o início das atividades, houve muito imprevisto, o que resultou em prestação de serviço precarizado e reivindicações estudantis nos anos seguintes. O apoio aos primeiros estudantes estrangeiros, com moradia e demais necessidades, foi assegurado por meio de políticas de assistência estudantil. Em 2014, a gestão superior decidiu pela reformulação dos programas assistenciais sob a justificativa de que era necessário atender a um maior número de estudantes, ficando impedido o acúmulo de auxílios por parte dos estudantes. Conforme a nota oficial divulgada pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis - PROPAAE, a decisão foi baseada nos princípios “da equidade, da justiça social e do bom uso do dinheiro público”, de modo que era preciso assegurar o benefício a um maior número de alunos (UNILAB, 2015). Nessas condições, instalou-se uma crise em que protestos foram organizados e um grupo de estudantes ocupou a reitoria e outras dependências do prédio administrativo.

Como as demais universidades federais, a Unilab é contemplada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2010 pelo Decreto nº 7.234, de julho de 2010, que busca assegurar a permanência e a conclusão de estudantes de baixa renda no Ensino Superior. O Programa prevê a concessão de auxílio financeiro destinado a despesas com moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, dentre outras. Na Unilab, essa política atende igualmente brasileiros e estrangeiros, considerando o cumprimento dos critérios

previstos em editais de seleção. No ambiente interno, esse sistema despertou um sentimento de xenofobia, motivado pela visão de que os estudantes oriundos dos países africanos não eram financeiramente vulneráveis.

Em relação à forma de ingresso de africanos e timorenses, a Unilab realiza um processo seletivo que conta com o apoio das embaixadas nesses países. Através do Sistema de Seleção de Estrangeiros - SELEST, disponível na sua página oficial, a instituição permite a inscrição e realiza uma pré-seleção, que é concluída com a aplicação de provas nas capitais nacionais. Malomalo (2018) levanta a crítica de que o processo centralizado nas embaixadas dificulta o acesso de diversos segmentos sociais, especialmente habitantes das zonas rurais. Defende o envolvimento de outros atores como ONGs para que o processo se interiorize nesses países.

A Unilab é, portanto, resultado do interesse de múltiplos atores que não necessariamente se empenharam no cumprimento da sua missão como ambiente de integração e reformulação das relações historicamente marcadas pelas adversidades impostas pelo colonialismo. Mas isso não significa que ela não trouxe mudanças significativas para um projeto de desconstrução de uma sociedade racista e desconhecadora do Sul Global como produtor de experiências positivas, o mesmo de que o Brasil faz parte e com o qual tem compromissos vitais. Após dez anos de funcionamento em regiões interioranas e atendendo a um público predominantemente pertencente às classes menos privilegiadas, é evidente que laços profundos de amizade e solidariedade entre nacionalidades foram produzidos. Como contrapartida, verifica-se a superação de um mundo conhecido somente através das mídias televisivas, que vendia a imagem de uma África sofrida e assolada pela fome e a miséria, um Brasil onde só existem São Paulo e Rio de Janeiro, a compreensão de que a África é um continente diverso e não um país e nem tampouco uma selva habitada por tribos. A partir das relações construídas no presente, serão alcançados resultados positivos de ordens político-diplomática, social, econômica e psicológica que haverão de impactar o conhecido mundo em desenvolvimento.

Em termos de consolidação, é necessário que a UNILAB supere essa imagem de plataforma política que, em decorrência de eventos divulgados envolvendo a sua implantação, dificilmente aparece como instituição de promoção do conhecimento científico, tecnológico e humano, o objetivo central de uma universidade. Essa exposição, em alguns casos, tem despertado preconceitos e provocado situações constrangedoras, reduzindo a percepção sobre a Universidade a um espaço de disputa de poder e reduto de movimentos supostamente “esquerdistas”. As pesquisas e ações desenvolvidas a partir da Unilab têm contribuído para melhoria de vida de diversas comunidades no Brasil e nos países parceiros.

## **4 ACORDOS DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA ASSINADOS ENTRE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E INSTITUIÇÕES ANGOLANAS SOB O PONTO DE VISTA DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC)**

### **4.1 Formalização dos acordos de cooperação acadêmica: entre os interesses políticos, os processos legais e o desenvolvimento científico-cultural**

Os modelos de acordos de cooperação, bem como os instrumentos formalizados analisados nesta pesquisa se assentam em possíveis diálogos e relações de interesse mútuo. O texto em si apresenta intenções, não havendo necessariamente a obrigação de que sejam implementadas. A sua execução depende da vontade e do envolvimento de atores que não estão diretamente relacionados ao protocolo de assinatura. De um modo geral, nas universidades, as formalidades que celebram esse momento são bastante simbólicas e o próprio documento, embora em alguns casos tenha plano de trabalho, é bastante genérico e condicionado a diversos outros fatores.

Destaca-se a relevância da diferenciação de nomenclatura desses instrumentos que estabelecem algum tipo de relação entre instituições, uma vez que existem questões técnicas e jurídicas envolvidas. É recorrente a prática da utilização do termo “acordo de cooperação” no lugar de “protocolo de intenções”, que tem uma função estritamente simbólica e legitima ações futuras que, então, podem originar acordos, convênios ou protocolos de cooperação que serão executados a partir de um plano de trabalho. Trata-se de uma questão técnica de extrema relevância, posto que cada tipo de documento exige procedimentos administrativos específicos. Entretanto, devido à diferença de usos e interpretação e considerando também questões de tradução, é conveniente não adotar uma postura rígida quanto à denominação dos documentos.

Alinhada a essa formulação técnica, existe a legislação que conduz a atuação das instituições públicas. A lei mais presente no contexto das universidades, quando a questão envolve uso de recursos institucionais, é a de Licitações e Contratos Públicos. Apesar de tratar principalmente de contratações, os órgãos jurídicos, quando consultados, recomendam seguir o Artigo nº 116: “Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração” (BRASIL, 1993). Segue esse artigo com parágrafo mencionando a aprovação de plano de trabalho e informações sobre o projeto a ser executado. A Procuradoria Geral Federal, por meio do Parecer nº 15/2013, acentua a diferença de convênios e termos de cooperação, em que há repasse de recursos, e acordo de cooperação, definindo-o como:

Instrumento jurídico hábil para formalização, entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, de interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes (BRASIL, 2013, p. 6).

Além dessas questões de ordens técnicas e jurídicas que direcionam a cooperação acadêmica, embora nem sempre seguidas, os interesses políticos influenciam o caminho a ser seguido pelas Instituições de Ensino Superior. O período que corresponde ao interesse deste trabalho - governos do PT - está bastante relacionado aos avanços nas relações Sul-Sul e à materialização de projetos para o desenvolvimento do Sul. Os países africanos, como já mencionado, estiveram mais presentes na agenda política do Brasil, permitindo a emergência de demandas pela cooperação em áreas estratégicas como a Educação. Essa visão foi muito disseminada nos discursos políticos, sendo recorrente nas falas do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que propagou a aproximação com a África como sendo uma nova prática de relações solidárias, destinadas a alcançar o desenvolvimento e superar problemas comuns, por meio da cooperação.

Analisaremos aqui documentos assinados junto a instituições angolanas e modelos de acordos de cooperação acadêmica disponibilizados pelas universidades brasileiras, a partir da Análise Crítica do Discurso - ADC. De acordo com Ramalho e Resende (2011, p. 31), trata-se de proposta que compreende “o discurso a partir das maneiras como ele figura em práticas sociais: como modos de (inter)agir, de representar e de ser”. Essa teoria/método se propõe a contestar a ordem que está posta, manifesta nos discursos e, portanto, vivenciada na prática, possibilitando que os grupos historicamente excluídos tenham visibilidade. A ADC tem como base de discussão a relação entre dominantes e dominados, que se processa pela hegemonia e que coloca grupos em situação de desvantagem em relação a outros. Essa análise busca refletir sobre tais relações e contestá-las, propiciando mecanismos para a transformação social.

À ADC também interessa o papel do discurso na mudança social, os modos de organização da sociedade em torno de objetivos emancipatórios. Esse foco de atenção insere a ADC em um paradigma interpretativo crítico, pelo qual intenta oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso na instauração/manutenção/superação de problemas sociais (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 75).

Na história das relações Brasil e África, a mudança discursiva é reflexo de uma análise crítica do modelo dominante, conivente com práticas colonialistas e escravocratas, e principalmente da resistência dos que foram subjugados a esse sistema. Os efeitos da luta anticolonialista repercutem no discurso, especificamente no uso de termos e no

reposicionamento de atores e lideranças da história e na formulação de políticas públicas. Assim, a visão de uma África que contribuiu com a história mundial para além de fornecer “escravos” passa a fazer mais sentido, tornando cada vez mais necessários o contato e a disseminação do continente como berço da riqueza cultural, científica, tecnológica, filosófica, econômica e social da trajetória humana. Conforme Prah (2019), a história da África foi construída como um apêndice da história ocidental, por meio de um esquema de periodização em que o tempo é dividido em pré-colonial, colonial e pós-colonial, sobressaindo-se o período em que os europeus dominaram o continente. Destaca também que a maior parte da história dos povos africanos está situada no período pré-colonial, considerada imprecisa e irrelevante pelo pensamento ocidental e, em perspectivas mais conservadoras, sem História. O autor defende a importância de a História africana ser escrita pelos africanos e situada no contexto que é devido.

A ADC tem como fonte de pesquisa a análise do texto, que Fairclough (2003) compreende ser parte integrante dos eventos sociais, sendo então resultado deles e também sua produtora, de modo que a linguagem representa a sua unidade elementar, uma vez que é um recurso essencial da comunicação. Nos termos do autor, a linguagem é “uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos<sup>24</sup>” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 2), o que a torna fundamental na pesquisa e análise das questões sociais. Portanto, partimos do pressuposto de que a cooperação internacional praticada nas universidades tem como base o discurso projetado em textos que expressam oficialmente o compromisso ideológico das instituições com o tema. A linguagem usada nos acordos de cooperação, instrumentos que materializam o texto, aponta para uma perspectiva generalista e bastante superficial da proposta cooperativa, mas representa uma predisposição institucional ao desenvolvimento de projetos.

Coletamos documentos formalizados pelas seguintes universidades públicas: Universidade de São Paulo - USP, Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal da Paraíba - UFPB e UNILAB. Tivemos acesso aos acordos e convênios firmados com instituições de ensino superior angolanas públicas e particulares, no período entre 2004 e 2015. Embora as universidades brasileiras em questão estejam localizadas em contextos regionais distintos, além da história e condições estruturais com poucas semelhanças, verificamos que a visão institucional acerca da cooperação internacional é a mesma em todas elas e que os seus documentos seguem padrão semelhante, tanto no aspecto da formalidade, posto que documentos oficiais seguem modelos, quanto no conteúdo, em que a realização do intercâmbio acadêmico é condicionada à organização interna e à disponibilidade de recursos.

---

<sup>24</sup> Do original: “an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements (...)”.

Compreende-se que cada uma delas executa os projetos internacionais de acordo com as condições estruturais disponíveis. Assim, a USP, que foi criada em 1934<sup>25</sup> e conta com uma Agência especializada na área de cooperação nacional e internacional, além de uma infraestrutura acadêmica e tecnológica avançada, proporciona um suporte maior para a realização de intercâmbios e pesquisas internacionais. A UnB conta com uma unidade que trabalha com programas internacionais desde 1987<sup>26</sup> e a UFPB também realiza seus acordos de cooperação por meio de uma agência já consolidada, tendo em vista que a Universidade foi fundada em 1955<sup>27</sup>. A UNILAB é a única instituição entre as pesquisadas que realiza esses trâmites através de um setor em fase de implantação. Contudo, o objetivo desta análise não é comparar as condições específicas de cada uma das instituições nem tampouco os resultados alcançados a partir da atuação dos seus atores internos, ainda que se detenha no contexto mais detalhado da UNILAB. A proposta consiste em entender o discurso documental relacionado com as questões de interesse da política externa brasileira, especificamente no processo de ressignificação da história e intercâmbio com o continente africano. O Ensino Superior representa um caminho tradicionalmente relevante na aproximação entre países e a cooperação formalizada institucionalmente é o que legitima o trânsito de ideias e pessoas.

A ADC apresenta algumas ferramentas analíticas que nos auxiliam na identificação de determinados posicionamentos e manutenção de estruturas e relações de poder, ainda que de forma implícita, nessas formalidades institucionais. A sua estrutura genérica, bem como a construção gramatical, evidencia um formalismo distanciado da prática e desobrigado de qualquer ação efetiva, de modo que esta é atribuída a outros atores superficialmente determinados, identificados quando são estabelecidos acordos específicos. Também é comum a existência de cláusulas condicionantes, o que dificulta a execução do intercâmbio proposto. Algumas categorias referenciadas por Ramalho e Resende (2011) como atores sociais, a saber, avaliação, intertextualidade e interdiscursividade, serão aplicadas na análise textual dos modelos dos acordos e convênios de cooperação.

Os atores sociais apresentados nos documentos são identificados de forma relacional, ou seja, são referenciados conforme a posição que ocupam e as interações sociais que estabelecem. A identificação relacional, conforme Ramalho e Resende (2011), também tem a função de classificar, elaborar significados representacionais e estabelecer papéis sociais, o que limita os atores ao seu campo de atuação. Portanto, nos textos em questão, o “Reitor” ou

---

<sup>25</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www5.usp.br/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

<sup>26</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.unb.br/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

<sup>27</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.ufpb.br/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

“Presidente” está restrito à função de representar a instituição, cabendo-lhe a participação nos atos simbólicos de assinatura e autorização para que outros atores executem a proposta. A sua identificação está relacionada à questão da autoridade, somente. As autoras chamam a atenção para a representação social como forma de distinção dos atores sociais, podendo alterar o sentido da sua ação na prática, ou seja, o papel efetivo de determinados atores é distorcido. Assim, é possível atribuir ou retirar responsabilidades, ofuscar ou expor esses atores.

Quanto aos “estudantes” e “membros do corpo docente e técnico” ou “professores, (...), especialistas e técnicos administrativos”, o texto os identifica como sujeitos a uma possível interação, no caso, intercâmbio, dentro das condições previstas. São atores que acabam assumindo uma relação de passividade, uma vez que não lhes cabe a decisão de tornar possível a proposta do acordo, podendo ser impedidos ainda que cumpram todos os requisitos. No documento modelo da UnB, a cláusula terceira especifica algumas normas para a participação desses atores no intercâmbio; no entanto, são descritos itens apenas para estudantes e professores. A não referência ao corpo técnico-administrativo indica a tendência para a sua exclusão, na medida em que o projeto avança na sua execução. Esse grupo, implicitamente, não é alvo dessa interação, já que suas atividades nas instituições universitárias são tradicionalmente ligadas ao setor administrativo. Considerando ainda o discurso de que os recursos são limitados, a realização de intercâmbio cultural por essa categoria é praticamente inexistente.

O discurso, geralmente, está associado a uma série de elementos que possibilitam e determinam as práticas sociais. Um deles são as ideologias, o que Fairclough (2003, p. 09) compreende como “representações de aspectos do mundo que contribuem para estabelecer, manter e modificar as relações sociais de poder, dominação e exploração<sup>28</sup>”. Vale ressaltar que o autor considera ideologia no sentido danoso, uma vez que estabelece a hegemonia de um grupo em desfavor das necessidades de outro. Aquilo que contesta essa ordem é denominado contraideologia, o que produz a mudança social. As relações de poder são sustentadas pelas condições estruturais que definem o modelo organizacional a ser seguido. Considerando a estrutura universitária, as relações de poder são definidas não apenas pela hierarquia burocrática característica do serviço público, mas também pela prática docência/pesquisa em oposição à prática administrativa e técnica. Os atores envolvidos nessas práticas são culturalmente restritos à sua área de atuação. Assim, quando uma proposta de intercâmbio cultural e acadêmico se

---

<sup>28</sup> Do original: “Representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation”.

efetiva, é naturalizado o discurso de que se trata de atividades destinadas a professores e estudantes.

A cooperação e o intercâmbio acadêmico são avaliados positivamente nos próprios documentos em questão, necessários ao processo de desenvolvimento científico. O documento assinado entre a UFPB e a Universidade Lusíada de Angola, em 2015, utiliza o termo “benéfico” para designar o resultado esperado com o acordo. A avaliação é uma categoria da ADC que possibilita identificar os padrões valorativos presentes no texto, demonstrando o que é desejável ou indesejável a partir de adjetivos e também verbos. Fairclough (2003) chama atenção para o uso metafórico de expressões que implicitamente carregam o sentido valorativo. A ideia de cooperação aponta para essa característica, uma vez que o seu significado está relacionado ao ato de colaborar, cooperar ou trabalhar em conjunto<sup>29</sup>. Nesse sentido, os acordos de cooperação já são considerados uma relação benéfica e de interesse mútuo para as instituições envolvidas. De um modo geral, trata-se de uma relação com perspectivas positivas, em que há troca de experiências e conhecimentos.

Considerando os aspectos da interdiscursividade e intertextualidade nos documentos, verifica-se a conexão com ideias propostas no Comunicado da Conferência Mundial sobre Ensino Superior, da Unesco, realizada em 2009. Como já mencionado, esse documento apresenta uma mudança discursiva em relação à educação superior nos países em desenvolvimento, mas mantém a ideologia neoliberal como base, de modo que a sua agenda seja seguida pelos governos. Esse discurso integra os acordos de cooperação para a realização de projetos acadêmicos, implícito nas cláusulas referentes à disponibilidade de recursos, uma vez que as instituições assinantes não assumem essa responsabilidade, o que implica a possibilidade de investimento por parte do setor privado. O documento da UNESCO recomenda a diversificação de financiamento, buscando parcerias público-privadas, considerando também empresas pequenas e médias. O Convênio Específico de Intercâmbio assinado entre a UFPB e a Universidade Lusíada de Angola, de forma mais explícita, atribui às instituições envolvidas o papel de facilitadoras para o financiamento externo, em nível nacional e internacional. A mesma determinação está formalizada nos acordos assinados entre a Universidade de São Paulo - USP e a Universidade Agostinho Neto, em que o suporte financeiro de outras entidades públicas e privadas deverá ser buscado.

A interdiscursividade é entendida como uma construção dialética, em que diferentes visões de um determinado tema se interconectam, podendo convergir ou não. Segundo Ramalho

---

<sup>29</sup> Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 22 mar. 2022.



e Resende (2011), a análise interdiscursiva permite identificar a articulação das ideias e como elas são feitas, apontando também para as formas particulares de representações de mundo, que são expressas pelos elementos linguísticos que caracterizam o discurso. Não apenas a expressão textual apresenta o discurso vigente, mas também a ausência das palavras expõe a visão predominante em relação ao tema. Tomamos como base o Convênio Acadêmico celebrado entre a UAN e o Instituto Superior de Enfermagem da USP, assinado em julho de 2006. Trata-se de instrumento específico no qual se prevê uma relação de cooperação para promover o “intercâmbio de docentes e alunos de graduação e pós-graduação”, “o desenvolvimento de eventos acadêmicos” além de “intercâmbio de experiências e perspectivas sobre o ensino de graduação em enfermagem”. Os textos dos acordos de cooperação acadêmica geralmente apontam para uma relação de horizontalidade, em que não apenas os custos são compartilhados, mas também os esforços e resultados têm significados semelhantes para os partícipes. No entanto, questões de ordem diversas implicam uma prática em que há beneficiários e doadores e, portanto, não há necessariamente uma troca de experiências no mesmo nível. No caso em questão, a USP, com a sua Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, possui o “único Centro Colaborador da OMS em países de língua oficial portuguesa”, sendo então “esperada a sua atuação na África portuguesa, como estratégia para desenvolver o avanço da enfermagem” (USP, 2006, p. 35). Os termos empregados indicam uma situação de superioridade da USP, em termos de competência acadêmica.

O Plano de Trabalho prevê a disponibilização de vagas de graduação e pós-graduação para estudantes angolanos na instituição brasileira, além de capacitação de professores e realização de estágio acadêmico na rede de saúde em São Paulo. A proposta é notoriamente unilateral, no sentido de uma contribuição brasileira à educação superior angolana. O documento não prevê o envio de estudantes brasileiros para o país africano, mas apenas “permuta de material didático”. Compreende-se que Angola estava em processo de reconstrução das estruturas de ensino arruinadas pela guerra, sendo necessária a busca de parcerias para implantação de novos cursos superiores. O Acordo em pauta representa uma cooperação entre duas universidades localizadas no Sul Global, em que há o predomínio do modelo de ensino e pesquisa brasileiros, tendo em vista a sua melhor estruturação e excelência acadêmica, conforme os padrões internacionais. É nesse aspecto que se verificam as similaridades com as práticas tradicionais de cooperação acadêmica com as universidades do Norte Global, em que o intercâmbio se dá por meio da inserção individual na instituição receptora. Nesses termos, é perceptível ainda um colonialismo interno, em que a visão elitista se apresenta abertamente nos discursos, sendo comuns as manifestações com base numa suposta superioridade institucional,

como a do Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, em 2010: “Ah, sim, agora eu entendi, vocês estão interessados também em nossa cooperação franciscana!” (CAMPOS; AMORIM, 2018, p. 15). Segundo os autores, essa fala foi proferida numa reunião entre representantes do MCTI, do IPEA e da Agência Brasileira de Cooperação - ABC e remete a uma visão de que o Brasil oferece ajuda aos “necessitados”.

Partindo do princípio de que a cooperação internacional, em diversas circunstâncias, busca superar uma deficiência, é inevitável a existência de uma relação de desvantagem e, portanto, não há uma identificação de um processo de trocas de experiências. Pelo menos no contexto dos documentos formalizados pela USP, a proposta é oferecer o suporte necessário para que os angolanos tenham acesso ao seu sistema universitário mais “desenvolvido” em relação ao de Angola. O texto reflete a orientação do Plano de Ação de Buenos Aires que recomenda a disposição dos países do Sul em contribuir com outros para o aperfeiçoamento das áreas técnicas, científicas e tecnológicas, além de fortalecer identidades culturais. Nessas condições, a cooperação entre Brasil e Angola se configura como uma relação solidária que busca alcançar a emergência do Sul, onde as experiências científicas se constroem conforme a sua própria realidade. Mesmo que em condições diferentes, a formulação e aplicação de um discurso que tem como intenção promover interesses comuns, laços de amizade e reciprocidade caracterizam a cooperação no sentido Sul-Sul, mas a ideia de intercâmbio não pode ser apreendida somente pela análise dos documentos. O contexto dessas relações é muito mais amplo e a troca de experiências pode ultrapassar outros espaços de interação, em que os interesses não necessariamente sejam comuns, mas há uma reciprocidade nas relações.

A distância entre o discurso e a prática faz parte da dinâmica social, implicando resultados não alcançados ou parcialmente alcançados. Os acordos de cooperação entre as universidades aqui referenciadas apresentam um discurso bem geral enquanto programa de ação. As expressões “intercâmbio”, “projetos de ensino, pesquisa e extensão”, “eventos científicos e culturais” são comuns a todos os documentos analisados e descritos como uma possibilidade para toda a comunidade acadêmica. Mas os desdobramentos de um acordo geral, exemplo dos que compõem este trabalho, resultam numa ação voltada para uma demanda específica, distanciando-se de uma perspectiva mais abrangente e de intensas relações entre as duas instituições. Portanto, são documentos que apenas legitimam outros acordos e projetos, caso venham a existir.

As atividades são executadas a partir de ações desenvolvidas por departamentos, constituindo, portanto, projetos restritos. É inerente ao processo essa construção, em que à

gestão superior cabe apenas legitimar por meio da assinatura de um documento geral. A execução ocorre por meio de diálogos mais internos e visam atender demandas de interesse de áreas acadêmicas determinadas, a exemplo do convênio firmado pela USP, em 2012, por meio da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto com o Instituto Superior de Ciências da Saúde, da UAN. O objetivo foi a criação do Mestrado em Obstetrícia e Ciências de Enfermagem Neonatal, cabendo à EERP - USP prestar assessoria acadêmica na implantação do curso, disponibilizar professores para ministrar disciplinas, orientar alunos e participar de bancas. Todas as despesas discriminadas no Termo de Convênio foram custeadas pelo ISCISA - UAN. Esse documento, totalmente delimitado e com metas e ações definidas, consolidou um projeto que faz parte de um histórico de relações cooperativas iniciadas na década de 1980<sup>30</sup>.

As parcerias estabelecidas entre a USP e a UAN não se restringem aos protocolos instituídos, mas são por eles legitimados. Conforme a Agência USP de Cooperação Internacional, foram firmados dezessete acordos de cooperação, no período de 2004 a 2015, entre protocolos de intenções e acordos específicos. Destes, registra-se como ação de grande impacto a criação do Mestrado em Obstetrícia, que, em sua primeira turma, formou 10 mestres<sup>31</sup>, em 2015. Trata-se de um projeto com antecedentes. Contudo, a maior parte dos protocolos firmados não teve desdobramentos práticos, a exemplo do Convênio Acadêmico Internacional para Intercâmbio de graduandos, pós-graduandos e professores, assinado com a Universidade Lusíada de Angola. Conclui-se que, independentemente das estruturas acadêmica e organizacional disponíveis, a execução de propostas de cooperação acadêmica está condicionada aos interesses específicos das unidades internas de cada universidade, de modo que todas elas operam com o mesmo discurso através de formalizações.

#### **4.2 A UNILAB: das “intenções” protocolares aos planos de trabalho**

Entre 2012 e 2014, a UNILAB assinou quatro documentos com instituições angolanas. Todos seguiram o mesmo padrão textual e indicam apenas intenções, não tendo qualquer resultado prático. Mas não significa que a instituição deixou de cumprir a sua missão nesse período, pois o acesso de estudantes angolanos aos seus cursos é garantido pela sua lei de criação. A implantação dos seus processos administrativos se deu pela adaptação das formas

---

<sup>30</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www.prg.usp.br/pt-br/noticias/676-convenio-eerp-e-angola>. Acesso em: 28 abr. 2022.

<sup>31</sup> Angola. Relatório anual de 2012. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/671187/relat%C3%B3rio-do-ano-de-2012---universidade-agostinho-neto>. Acesso em: 28 abr. 2022.

vigentes em outras universidades brasileiras, de modo que modelos de documentos foram introduzidos sem a adequada análise e procedimentos, a exemplo dos acordos de cooperação. De modo geral, a assinatura desses acordos foi resultado de uma agenda sobrecarregada pela rápida implantação da UNILAB, especialmente os internacionais, alguns assinados em viagens de missões ou visitas individuais de reitores e membros das instituições.

Em conformidade com a proposta da ADC, os quatro documentos<sup>32</sup> fazem parte de uma mesma estrutura genérica, com propósitos específicos e considerados instrumentos oficiais para legitimar a prática do intercâmbio acadêmico. Como é característico de documento oficial, apresentam impessoalidade e normatização, com verbos no infinitivo e reforçando o poder institucional. Apesar de seguir um modelo padrão, são textos resultantes da prática social e, portanto, refletem o momento histórico. A partir de entrevista realizada com o servidor Pedro Henrique Rodrigues, Chefe do Serviço de Acordos de Cooperação e Convênios da UNILAB, é possível identificar algumas especificidades do período em que foram assinados tais protocolos de intenções, que não geraram resultados concretos, ainda que neles estejam previstas cláusulas para a celebração de acordos específicos e a elaboração de planos de trabalhos como ações futuras.

É importante ressaltar as condições adversas do processo de implantação da Universidade, o que implicou a formalização dos documentos de cooperação antes da estruturação do setor responsável pelo processo, resultando em trâmites incompletos ou inadequados. Conforme o entrevistado, foram utilizadas “espécies de documentos” que não correspondiam ao que a realidade demandava. Havia um desconhecimento sobre a legislação da área e, portanto, grande parte dos protocolos de intenções formalizados não pôde ser renovado.

Especificamente em relação aos protocolos assinados com Angola, não há registros de ações resultantes das propostas, pois não foram instaurados processos administrativos, um trâmite obrigatório para o caso de acordo de cooperação específico, em que deve constar o plano de trabalho. Ao final do período de validade do acordo, é necessário o envio de relatório com os resultados, o que justificaria a sua renovação. É pertinente compreender que foram formalizados apenas protocolos de intenções, porém, após análise do órgão jurídico da UNILAB, o não cumprimento de diversas regras, inclusive previstas nos próprios documentos,

---

<sup>32</sup> Os textos em questão são os Termo de Convênio entre a UNILAB e a Universidade Agostinho Neto - UAN, Protocolo entre a UNILAB e o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda - ISCED, Acordo de Cooperação Técnica que celebram entre si a UNILAB e a Universidade 11 de Novembro - UON e Acordo de Cooperação Técnica que celebram entre si a UNILAB e a Universidade Kimpa Vita - UNIKIVI.

como a sua publicização, inviabilizou a continuidade das formalizações para a criação de novos acordos de cooperação e ações específicas. Conforme Pedro Henrique, o problema foi solucionado com a criação de novos instrumentos seguindo as orientações da Procuradoria Geral Federal e atenção à legislação pertinente.

Tratando-se de relações jurídicas que envolvem dois países, a questão da soberania nacional pode representar um problema em que se evidencia a disputa de poder, contrariando os princípios da cooperação. Nos documentos assinados pela Unilab, com as Universidades 11 de Novembro, em 2013, e Kimpa Vita, em 2014, consta a seguinte cláusula:

As controvérsias jurídicas surgidas durante a execução deste Acordo de Cooperação deverão primeiramente ser encaminhadas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia Geral da União.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza, CE, para dirimir as questões surgidas do presente Acordo e que não puderem ser decididas administrativamente, renunciando desde já qualquer outro por mais privilegiado que seja (UNILAB, 2014, on-line).

A soberania brasileira prevalece nas questões divergentes, de modo que o seu sistema judiciário detém o poder de resolução de conflitos nesse contexto. A produção desse texto faz parte do intenso momento de implantação, quando ocorriam eventos e autoridades políticas, inclusive estrangeiras, estavam muito presentes na instituição. Por outro lado, não havia condições administrativas de trabalho, resultando no uso de modelos de documentos prontos. Apesar das condições de adversidade e necessidade urgente para o início das atividades da Universidade, são inegáveis as relações de poder que se exercem na sua constituição, em que a ideologia do nacionalismo é bastante presente, conflitando com uma ideia de integração. Essa ideologia se manifesta em falas como “se está no Brasil, tem que seguir as leis brasileiras”<sup>33</sup>. Tal argumento constitui um posicionamento autoritário frente às especificidades que fazem parte desse contexto de cooperação e integração internacional.

Questionar a supremacia da legalidade não implica defender a transgressão das leis e regras do Estado, mas enfrentar uma estrutura que pode promover a desumanização ao invés de garantir condições humanas adequadas e seguras a todos os indivíduos envolvidos numa realidade específica. Há muitas experiências, inclusive brasileiras, em que o Estado se utilizou de leis e dos tribunais para promover crimes contra a humanidade. Além de estabelecer as regras de que o Estado necessita para exercer o controle social, a legislação também serve aos grupos de interesse que detêm o poder, produzindo uma sociedade de privilégios e não de direitos. O

---

<sup>33</sup> Discursos observados pela autora na vivência do trabalho, na UNILAB.

questionamento a esse sistema se manifesta por um movimento contra-hegemônico, conforme a ADC, de modo a produzir mudanças no sentido de garantir esses direitos. É compreensível então que leis e regras institucionais não são absolutas, embora aplicáveis a todos, sendo constantemente modificadas conforme as pressões sociais de cada momento histórico.

O texto dos acordos e convênios de cooperação anteriormente citados, bem como a dinâmica instrumental que proporcionou a sua produção, evidenciam uma ideologia nacionalista em que o Brasil tem preponderância das relações. Esse aspecto do nacionalismo é vivenciado de maneira bastante imperativa, uma vez que faz parte do inconsciente. Mesmo sendo uma ideia recente na história da humanidade, conforme coloca Anderson (2008, p. 30), dispõe “de uma legitimidade emocional [...] profunda”. Em sua definição de nação como “comunidade imaginada”, o autor considera o fenômeno do nacionalismo parte integrante da vida em sociedade, uma vez que a nacionalidade está atrelada aos direitos individuais, ainda que reconheça os paradoxos dessa ideologia de origem ocidental. Trata-se de uma “imaginação” desenvolvida em contextos socioculturais particulares, transformada numa condição universal a partir do processo de colonização. Dessa forma, todos os caminhos a serem percorridos por algum indivíduo, na contemporaneidade, passam necessariamente pela sua vinculação a um sistema de estado nacional.

O sistema jurídico é essencial na garantia desse vínculo, determinando as condições para acesso a direitos. A legislação de um país alcança primordialmente os seus nacionais ou aqueles que estão em seu território. Porém, há situações específicas em que esse alcance pode ultrapassar fronteiras, quando se aplicam dispositivos do direito internacional, contemplando relações de cooperação. No caso dos acordos em questão, há uma orientação da PGF para que esses dispositivos sejam considerados em caso de controvérsias e admite também a possibilidade de aplicação da legislação estrangeira, desde que não seja conflitante com a brasileira. O mesmo Parecer apresenta casos em que somente a justiça do Brasil pode decidir, considerando o Código de Processo Civil.

Os acordos analisados das outras instituições estabelecem para a resolução de eventuais conflitos ou dúvidas a mediação ou a justiça arbitral. A USP traz a aplicação das regras do Regulamento de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional, o que indica uma maior coerência com as relações internacionais. No entanto, o Parecer nº 01/2013 da PGF afirma ainda que as propostas dos acordos de cooperação são de baixa complexidade jurídica. Nesse sentido, dificilmente geram algum caso a ser tratado por órgãos judiciais. Na realidade da Unilab, não se registram situações em que tenha sido necessária a aplicação da cláusula referente à resolução de controvérsias. Por outro lado, houve

aperfeiçoamento dos processos e novos modelos foram criados, adequados ao tipo de protocolo a serem firmados. O crescimento da instituição e o avanço do processo de implantação permitiram a superação das dificuldades administrativas e técnicas, possibilitando a formulação dos novos documentos que levam em consideração as relações internacionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta produção, buscamos responder ao questionamento sobre a distância entre o discurso e a prática das relações de cooperação em Ensino Superior, considerando o conteúdo de documentos oficiais. Em princípio, deparamo-nos com o desafio de apreender essa situação de forma mais efetiva, uma vez que o tempo para pesquisa seria insuficiente e o contexto pandêmico, ocasionado pela Covid-19, inviabilizou qualquer possibilidade de viagens ao campo de estudos. Por outro lado, o foco da nossa proposta era o discurso, manifesto em documentos e pronunciamentos oficiais, podendo ser confrontado com a realização das experiências formuladas em acordos de cooperação internacional.

Ao longo dessa busca em compreender o significado da Cooperação Sul-Sul, verificamos que o denominado Sul não é unificado e tampouco se manifesta do mesmo lado, o que implica dizer que podem ser incoerentes os princípios institucionais de horizontalidade e interesses comuns. Para alguns localizados no Sul, componentes desse mesmo Sul atuam como se fossem do Norte, reproduzindo algumas práticas exploratórias e posicionamentos questionáveis em face de uma suposta relação de igualdade. É nesse contexto que atuam as chamadas potências médias, que exercem uma significativa influência em determinadas áreas, mas com propósitos de expansão global, a exemplo da China, que apresenta o seu investimento em países da África como uma relação equilibrada entre nações soberanas, uma vez que não há interferência em assuntos internos. No entanto, existe uma estratégia de alinhamento da China com governos locais, como forma de evitar a crítica, frente à comunidade internacional, em relação às questões humanitárias, ambientais, trabalhistas e de gestão pública e regimes políticos, que também são temas sensíveis para a China continental (KINYONDO, 2019).

O Brasil não é muito diferente quando se coloca numa posição de potência emergente e ao mesmo tempo solidária às crises humanitárias de países da África e do Caribe, investindo, por exemplo, em missões de paz da ONU e, em outros momentos, introduzindo suas empresas de forma predatória. São formas de atuação já consolidadas no sistema internacional, tendo como singularidade o discurso da não interferência e não imposição de condicionalidades na concessão de financiamentos, por exemplo. Por outro lado, as estruturas do colonialismo se reproduzem, não apenas em projetos de cooperação internacional, pretensamente solidária, mas também na continuidade das formas internas de organização social, considerando as bases do modelo Ocidental de Estado nacional, que é segregador, racista e excludente. Apesar de não ter eliminado essas características, a sua institucionalidade é a mais legítima para garantir direitos



e exercer poderes sobre seus cidadãos, independentemente de ser portadora de um sistema democrático, um conceito questionável.

Tendo em vista as nações angolana e brasileira, a realidade da democracia é contestável, mas as lideranças jamais assumiram algum discurso que possa negar a existência de um estado democrático de direito, pois nenhum líder admite governar contra seu povo. Mesmo que não sigam critérios enumerados por Dahl (2001), como a alternância de poder, que não ocorre em Angola, o ideal de democracia tem sua relevância nos discursos políticos, como pressuposto para garantir legitimidade internacional. Tentamos compreender o sentido desse discurso no Brasil em contraposição às práticas resultantes do racismo estrutural, um modelo que persiste apesar das políticas afirmativas. Não aprofundamos a situação das políticas de reparação histórica em Angola porque o processo de escravização não é nosso foco, mas a proposta de cooperação brasileira com a África é baseada nesse contexto, em que há uma “dívida impagável”. Ademais, as condições insuficientes de pesquisa nos impediram de buscar a visão angolana sobre esse tema e, principalmente, sobre os resultados da cooperação formalmente estabelecida entre as instituições de Ensino Superior.

O foco na atuação brasileira considera o protagonismo do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo de inserção do Brasil como liderança das nações de língua portuguesa, o que não nos impede de questionar como os angolanos recepcionam os projetos de cooperação propostos pelo Brasil. Em muitos casos, não são necessariamente uma proposta brasileira, mas resultado do levantamento de necessidades que fazem dois países formalizar ações que beneficiam um, de imediato. Também é pertinente questionar o significado de Cooperação Sul-Sul para os angolanos, e os africanos, uma vez que a sua versão tecnicista não é aplicável a muitas realidades.

Podemos apreender que cada país ou grupo de países adota o seu modelo de cooperação, e algumas relações, que podem ser consideradas cooperativas para uns, talvez sejam predatórias para outros, a depender dos atores envolvidos. Além das formas desvantajosas de interação, ainda existem os preconceitos sustentados pelo pensamento elitista. No caso da África, há um desconhecimento sobre as condições educacionais e tecnológicas, refletido nas tratativas para a realização de intercâmbio acadêmico.

A experiência de trabalhar na UNILAB nos permitiu observar que esses preconceitos, dentre outras questões de ordem técnica e administrativa, persistem e são impeditivos para a execução de projetos de maior impacto na própria instituição, como a criação de programas de pós-graduação em associação com universidades dos PALOP. Registra-se como única experiência, nesse sentido, a Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional,

resultado de parceria entre a Universidade Estadual de São Paulo - UNESP e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, que ofertou turma apenas em 2019.

Há uma possibilidade de novas investigações a partir desta produção, uma vez que não conseguimos captar a visão do Sul, que não é exatamente o nosso mesmo Sul. Mas tendo uma ideia de como são formulados e aplicados os discursos oficialmente instituídos para promover uma cooperação pretensamente horizontalizada, poderemos aprofundar estudos sobre o papel de instituições educacionais para promover uma ideologia nacional. A partir de autores como Abel Kinyondo, é possível refletir sobre neoimperialismos ou neocolonialismos, representados não apenas pela China, mas também pelo pretendido Sul global que atua com estratégias aparentemente solidárias, sempre evidenciadas nos discursos oficiais, mas com resultados que geralmente se consolidam com altos custos financeiros, políticos e humanitários.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALENCASTRO, M. Economic Diplomacy, Lula style: the case of Odebrecht in Angola. In: ALENCASTRO, M.; SEABRA, P. (Eds). **Brazil-Africa relations in the 21st century**: from surge to downturn and beyond. Suíça: Springer, 2021. *E-book*.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ANGOLA. Secretaria de Estado do Ensino Superior. **Linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema do ensino superior**. 2005. 52 p. Disponível em: <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2005/linhas-mestras-para-melhoria-da-gestao-do-subsistema-do-ensino-superior-5166>. Acesso em: 05 mar. 2022.

ANGOLA. **Decreto nº 7, de 12 maio de 2009**. Estabelece a reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, a criação de novas instituições de ensino superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto. Diário da República, 2009. Disponível em: <https://www.uan.ao/wp-content/uploads/2016/06/Decreto-7-09.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington D.C, 1995. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Task Force on Higher Education and Society. Higher Education in Developing Countries - Peril and Promise**. Washington, D.C., 2000.

BERGAMASCHI, I.; MOORE, P.; TICKNER, A. B. (Org.). **South-South Cooperation Beyond the Myths**: Rising Donors, New Aid Practices? United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 99.559, de 05 de outubro de 1990**. Promulga o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99559.htm). Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992**. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8436.htm). Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666compilado.htm). Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10260compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260compilado.htm). Acesso em: 06 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 11.096, 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidades para Todos - PROUNI. Brasília, DF. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010**. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112202.htm). Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. Procuradoria Geral Federal. Temas relacionados a convênios e demais ajustes tratados no âmbito da Câmara Permanente de Convênios designada por meio da Portaria/PGF n. 98, de 26 de fevereiro de 2013. **Parecer nº 15, 21 de novembro de 2013**. Brasília, 2013.

BRASIL. Procuradoria Geral Federal. Acordos de cooperação com entidades públicas estrangeiras. **Parecer referencial nº 01, de 11 de julho de 2017**. Brasília, 2017.

BRESSAN, R. N.; SALLES, M. M. 60 anos após Bandung: novas visões a partir do Sul. **Anuario de Integración**, n. 11, 2015.

BUENO, C. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 55, n. 2, p. 170-189, 2012.

CAMPOS, R.; AMORIM, C. Entre geografias e epistemologias: as cooperações entre Brasil e Angola. In: PANTOJA, S. (Org.). **Leituras cruzadas sobre Angola: saberes, culturas e políticas**. v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 15-37.

CANGA, J.; BUZA, A. Qualidade do ensino superior em países periféricos diante dos apelos da globalização: o caso de Angola. **Revista FORGES**, v. 2, n. 2, p. 83-97, 2015.

CHAN, H.-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Declaração de Fortaleza de 26 de maio de 2004**. 5ª Reunião de Ministros da Educação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Fortaleza, 2004.

CORREIA FILHO, J. M. *et al.* A massificação do ensino superior como política pública educacional e suas implicações em Angola. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 750-767, 2020.

DAHL, R. **Sobre Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

EDMONDSON, L. A África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). **História Geral da África - VIII: A África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London/New York: Routledge, 2003.

FERNANDES, A. et al. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Ministério da Educação. **Carta aberta à comunidade acadêmica da UNILAB**. Redenção; São Francisco do Conde: UNILAB, 12 de setembro de 2018.

FINAL COMMUNIQUÉ OF THE ASIAN-AFRICAN CONFERENCE (AACB). In: AACB. **Asia-Africa speak from Bandung**. Jakarta: Indonesia. Ministry of Foreign Affairs. 1955. pp. 161-169.

FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=95](https://www.palmares.gov.br/?page_id=95). Acesso em: 12 fev. 2022.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Financiamentos Concedidos**. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/mantenedora\\_ies/financiamentos-concedidos](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/mantenedora_ies/financiamentos-concedidos). Acesso em: 28 fev. 2022.

GALA, I. V. **A Política externa do governo Lula para a África: a Política Externa como instrumento de ação afirmativa ... ainda que não só**. 2007. 258 f. Tese (Curso de Altos Estudos). Instituto Rio Branco, Brasília, 2007.

GOULART FILHO, A.; CHIMBULO, A. Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: A trajetória da mudança de modelos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 16, n. 29, pp. 92-105, 2014.

GRAYLEY, M. V. V. da C. **A “internacionalização” do português e as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa**. 2014. 505 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade Aberta de Portugal, Lisboa, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 23 fev. 2022.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussant L’Ouverture e a revolução de São Domingos**. Trad. Afonso Teixeira Filho. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

KINYONDO, A. **Is China Recolonizing Africa? Some Views from Tanzania.** World Affairs, 2019.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observador On-line**, v. 7, jul. 2012.

LEITE, P. S. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de Política-Externa: os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** 1. ed. Brasília: FUNAG, 2011.

LESSA, I. Parlamento português aprova acordo ortográfico. **BBC**. 16 mai. 2008. Disponível em:  
[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080516\\_portugues\\_reforma\\_jair\\_pu](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080516_portugues_reforma_jair_pu). Acesso em: 02 mar. 2022.

LIBERATO, E. Reformar a reforma: percurso do ensino superior em Angola. **Revista TransVersos**, n. 15, pp. 64-84, 2019.

LIMA, M. R. S. de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 48, 2005.

LIMA, S. E. M.; SANTOS, L. C. V. **Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos.** Brasília: FUNAG, 2015.

LOPES, A. M. H. Uma outra leitura da presença brasileira em Angola. In: FUNES *et al.* (Org). **África-Brasil-Portugal: História e Ensino de História.** Fortaleza: Ed. UFC, 2010. pp. 21-34.

MACEDO, R. S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, Á. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas.** Salvador: EDUFBA, 2009.

MALOMALO, B. Desafios de gestão multicultural numa universidade internacional: caso da UNILAB. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 14, n. 26, p. 75-100, 2018.

MEDEIROS, K. P. Prelúdio, declínio e reestruturação da cooperação sul-sul: do não-alinhamento terceiro-mundista à multipolaridade dos BRICS (1955-2015). In: ENCONTRO ABRI, 6. Belo Horizonte, **Anais...** 2017.

MENEZES, A. J. B. de. **O Brasil e o Mundo Ásio-Africano.** 2. ed. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1956.

MILANI, C. R. S. Evolução Histórica da Cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, A. de M. (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2014.

MOTA, W. P. O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 24, n. 1, pp. 213-233, 2019.

MOURA, V. G. Luís Figo e a política da língua portuguesa. **Diário de Notícias**. Portugal, 09 jul. 2008. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/2008/luis-figo-e-a-politica-da-lingua-994708.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MOURÃO, H. **Discurso proferido no Fórum Brasil África 2019**. Publicado pelo canal Brazil Africa Institute. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rpnV0zJWDqg>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NABUCO, J. (1883). **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

NADIR, M. *et al.* **Brasil, África e a gestão Bolsonaro: algumas observações**. Observatório de Política Externa Brasileira, 2021. Disponível em: <https://opeb.org/2021/11/16/brasil-africa-e-a-gestao-bolsonaro-algumas-observacoes/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

OLIVEIRA, J. Prestes a deixar o cargo, Weintraub revoga portaria de cotas a negros e indígenas na pós-graduação. **El País**, São Paulo, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul**. 2021. Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PANTOJA, S. O litoral angolano até às vésperas da independência do Brasil. **Textos de História**, v. 11, n. 1/2, pp. 187-215, 2003.

PIMENTA, C. **Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais: Manual**. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2013.

PLANO DE AÇÃO DE BUENOS AIRES (PABA). **Special Unit for South-South Cooperation: United Nations Development Programme (UNDP)**. Nova York, 1978.

PRAH, K. Decolonizando as ciências humanas na África pela soberania intelectual. In: RESENDE, V. de M. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Coleção: Linguagem e Sociedade. v. 1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

REIS, R. B. dos; RESENDE, T. A. G. Bandung, 1955: ponto de encontro global. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019.

RIBEIRO, M. Políticas de igualdade racial: processos de conquistas de direitos no Brasil e no Continente Africano. **Africa Development**, v. 46, n. 2, pp. 155-172, 2021.

RICUPERO, R. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, pp. 35-58, 2010.

RISTOFF, D. Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 9-32, 2019.

SANTIL, J. M. “Ce métis qui nous trouble”. **Les représentations du Brésil dans l’imaginaire politique angolais**: l’empreinte de la colonialité sur le savoir. 2006. 481 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Bordeaux: Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux, 2006.

SILVA, L. I. L. da S. **Discurso do ex-presidente Lula**. Outorga do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: [https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf?\\_ga=2.252541065.1494911648.1644584647-1776880275.1595531500](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf?_ga=2.252541065.1494911648.1644584647-1776880275.1595531500). Acesso em: 23 fev. 2022.

TÉ, P. A. *et al.* UNILAB/Ceará como um campo de jogo das identidades: desterritorialização e relações étnico-raciais experienciadas pelos estudantes guineenses. In: MONTEIRO, A.; LIMA, I. (Orgs). **Unilab 10 anos**: Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará. v. 2. Fortaleza: Impreco, 2021.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2009.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Diretrizes Gerais**. 2010.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Sistema de seleção de estrangeiros**. Disponível em: <http://selest.unilab.edu.br>. Acesso em: 09 mar. 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Termo de Convênio entre a UNILAB e a Universidade Agostinho Neto - UAN**. 19 de abril de 2012.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Protocolo entre a UNILAB e o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda - ISCED**. 20 de abril de 2012.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Acordo de Cooperação Técnica que celebram entre si a UNILAB e a Universidade 11 de Novembro - UON**. 25 de novembro de 2013.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Acordo de Cooperação Técnica que celebram entre si a UNILAB e a Universidade Kimpa Vita - UNIKIVI**. 23 de maio de 2014.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **PROPAE divulga nota sobre assistência estudantil na Unilab**. 2015. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2015/02/04/propae-divulga-nota-sobre-assistencia-estudantil-na-unilab/> Acesso em: 02 mar. 2022.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Memorando de entendimento acadêmico, científico e cultural que celebram a Universidade de Brasília (documento modelo).**

Disponível em: <https://int.unb.br/br/instrumentos-internacionais/memorando-de-entendimento-mde-ou-mou-instrucoes-gerais>. Acesso em: 03 mai. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Convênio Acadêmico Internacional.** Convênio que celebram a Universidade Agostinho Neto, por meio do Instituto Superior de Enfermagem, e a Universidade de São Paulo, por meio da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 03 de julho de 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Convênio Acadêmico Internacional para Intercâmbio de graduandos, pós-graduandos e professores.** Convênio que celebram a Universidade Lusíada de Angola e a Universidade de São Paulo, no interesse da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. São Paulo, 11 de julho de 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Convênio Acadêmico Internacional.** Convênio que celebram o Instituto Superior de Enfermagem da Universidade Agostinho Neto e a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 21 de setembro de 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Convênio Acadêmico Internacional.** Convênio que celebram o Instituto Superior de Enfermagem da Universidade Agostinho Neto e a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 26 de março de 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Agência USP de Notícias.** Convênio entre EERP e universidade angolana forma primeiro mestre. São Paulo, 02 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.prpg.usp.br/pt-br/noticias/676-convenio-eerp-e-angola>. Acesso em: 03 mai. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Acordo Geral de cooperação acadêmico, científico e cultural entre a Universidade Federal da Paraíba e Universidade Lusíada de Angola.** João Pessoa, 2015.

VALLER FILHO, W. **O Brasil e a crise haitiana:** a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

## APÊNDICE

Entrevista realizada em 13 de abril de 2022.

Entrevistado: Pedro Henrique Rodrigues - Chefe do Serviço de Acordos de Cooperação e Convênios da UNILAB.

1. Como são negociadas as propostas de cooperação técnica com as instituições? Como elas são formuladas até chegar a este setor a solicitação para a preparação dos documentos?
2. O que é determinante para a criação do acordo internacional?
3. Como são feitos os relatórios de acompanhamento do setor?
4. Em relação aos acordos assinados com instituições angolanas no período de 2012 a 2014, existe algum relatório ou registro de atividades?
5. Como ocorre o acompanhamento dos Planos de Trabalho, considerando que o setor tem apenas um servidor?
6. Como se deu a evolução dos processos de elaboração e execução dos acordos de cooperação da Unilab desde a sua criação?
7. Considerando o Parecer 01/2017, da Procuradoria Geral Federal, em que relata a baixa complexidade jurídica desses acordos de cooperação, houve casos em que projetos deixaram de ser implementados devido a impedimentos jurídicos?
8. Em relação à cláusula referente à definição do foro jurídico para dirimir controvérsias, houve alguma discussão sobre essa questão? Já houve alguma objeção devido a definição do Foro jurídico ser brasileiro?